

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANNE CAROLINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DOURADOS/MS

2017

ANNE CAROLINE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Me. Glenda de Almeida Soprane

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Vaz Lopes

Prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Dourados/MS

2017

**ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof Me.Glenda de Almeida Soprane
Presidente

Prof. Dr. Antonio Carlos Vaz Lopes
Avaliador

Profª Drª. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me permitiu que tudo isso acontecesse, me dando saúde e forças para superar as dificuldades, tendo-o como meu maior Mestre.

À minha mãe Eronides, guerreira que me ensinou a não desistir e me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e de cansaço.

As minhas amigas Juliane Caroline, Juliane Cristina, Pollyana e Viviane, companheiras de trabalho que fizeram parte da minha formação e vão continuar presentes em minha vida com certeza.

A minha orientadora Glenda Soprane, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e efetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este estudo tem a finalidade de verificar se os Relatórios de Autoavaliação refletem as ações de melhoria na Infraestrutura Física conforme apontamentos nos Relatórios de Gestão dos anos de 2012 a 2014, da Universidade Federal da Grande Dourados. Foi realizado também uma abordagem da evolução das dimensões e questões avaliadas e dos resultados contidos nestes relatórios avaliativos, destacando-se assim a importância de realizar a autoavaliação, onde é possível se notar a realidade da Universidade e contribuir no processo de planejamento e ser um poderoso instrumento de gestão. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e estudo de caso. Pode-se concluir nesta pesquisa que, o grau de satisfação apurados nos Relatórios de Autoavaliação Institucional podem sim ser influenciados com as ações de melhoria na Infraestrutura Física da Instituição apontados nos Relatórios de Gestão.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional; Relatório de Gestão; Grau de Satisfação.

ABSTRACT

This study has a verification purpose and the Self-Assessment Reports reflect how actions of improvement in the Physical Infrastructure, according to notes in the Management Reports for the years 2012 to 2014, Federal University of Grande Dourados. It was also carried out an approach of the evolution of the dimensions and questions evaluated and the results contained in these evaluation, highlighting as well as the importance of performing a self-assessment, where it is possible to notice the reality of the University and contribute to the planning process and be a Powerful management tool. A research is characterized as qualitative, descriptive, bibliographical, documentary and case study. It can be concluded in the research, the degree of satisfaction verified in the Reports of Institutional Self-evaluation can be influenced with how actions of improvement in the Physical Infrastructure of the Institution pointed out in the Management Reports.

Keywords: Institutional self-assessment; Management report; Degree of Satisfaction.

Lista de Figuras

Figura. 1: Etapas da Autoavaliação.	28
Figura. 2: Participantes na autoavaliação no ano de 2012.....	41
Figura. 3: Participantes na autoavaliação no ano de 2013.....	42
Figura. 4: Participantes na autoavaliação no ano de 2014.....	42
Figura. 5: Evolução das participantes no processo avaliativo.	43
Figura. 6: Participação nos anos de 2012 a 2014.	44

Lista de Quadros

Quadro 1. Dimensões da Avaliação Institucional.....	30
Quadro 2: Eixos versus Dimensão da Autoavaliação Institucional.....	32
Quadro 3: Periodicidade de apresentação dos Relatórios de Autoavaliação Institucionais pelas IES.....	33
Quadro 4: Dimensões abordadas no ano de 2012.....	45
Quadro 5: Questões abordadas em diferentes dimensões no ano de 2012.	46
Quadro 6: Dimensões abordadas no ano de 2013.....	50
Quadro 7: Questões abordadas em diferentes dimensões no ano de 2013.	51
Quadro 8: Dimensões abordadas no ano de 2014.....	55
Quadro 9: Questões sobre Infraestrutura no ano de 2012.....	57
Quadro 10: Questões sobre Infraestrutura no ano de 2013.....	62
Quadro 11: Questões sobre Infraestrutura no ano de 2014.....	66

Sumário

Introdução	11
1.1 Definição da problemática	11
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 Justificativa	13
2 Revisão teórica.....	14
2.1 Avaliação	14
2.1.1. Avaliação institucional	16
2.1.2 Avaliação Institucional no Brasil.....	18
2.2. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (sinaes).....	23
2.2.1. Autoavaliação institucional	26
2.2.2. Dimensões da Avaliação Institucional.....	28
2.2.2.1. Eixos	30
2.2.3. Comissão própria de avaliação (cpa)	33
2.2.4. Relatório de gestão	34
3. Metodologia.....	37
3.1 Delineamento de pesquisa	37
3.1.1 Delineamento de pesquisa quanto aos objetivos	37
3.1.2 Delineamento da pesquisa quanto aos procedimentos.....	38
3.1.3 Delineamento da pesquisa quanto à abordagem do problema.....	38
3.2 Objeto de pesquisa	38
3.3 Técnica de coleta de dados	39
3.4 Técnica de análise de dados.....	39
4 Resultados e discussões	41
4.1 Análise dos relatórios de autoavaliação institucional	41

4.2 Análise dos relatórios de autoavaliação institucional quanto às dimensões avaliadas.....	44
4.3 Análise das questões sobre infraestrutura física	56
5 Considerações finais	68
6. Referências bibliográficas	70

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a universidade pública sofre vários questionamentos em relação à qualidade de suas atividades e como tem utilizado os recursos que são colocados à sua disposição. A avaliação nas universidades vem sendo defendida como sendo um instrumento necessário para que se possa elevar a qualificação institucional, promovendo assim uma melhoria no ensino, na pesquisa, na extensão e na sua gestão.

Crosby (1990) aborda que não terá um melhoramento na qualidade de um determinado lugar, se os indivíduos que a compõem, não estiverem dispostos a reconhecer a real necessidade de tal importância. Avaliar é algo pertinente às organizações independentemente de suas atividades.

Segundo Belloni (2000) a Avaliação Institucional visa o aperfeiçoamento da qualidade da educação, ou seja, da aprendizagem e da gestão institucional.

A Autoavaliação está ligada à construção do projeto institucional e pedagógico e, convoca a todos os membros da comunidade acadêmica para participarem da avaliação para uma análise da realidade institucional. A autoavaliação é mais do que uma ferramenta de gestão, pois é uma interpretação pedagógica e de aprendizado, onde está ligado não somente com toda a comunidade acadêmica, mas também com a sociedade.

No âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Autoavaliação Institucional ocorre desde 2009 e seus Relatórios são disponibilizados aos interessados na página oficial da Universidade.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Segundo Belloni (2007) a autoavaliação institucional busca despertar a autoconsciência das pessoas na instituição, permitindo o conhecimento dos processos, das dificuldades, das dinâmicas e, com isso, poder capacitar a instituição a tomar para si a possibilidade de intervir no processo pedagógico de ensino e aprendizagem, proporcionando a participação consciente e responsável de todos.

A Autoavaliação Institucional é vista como um processo de autoconhecimento, sendo então conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), busca conhecer o olhar

dos usuários da Instituição em relação a diversos aspectos como a Infraestrutura, as Políticas de Gestão e Acadêmicas, o Desenvolvimento Institucional e ainda o Planejamento e a própria Avaliação Institucional. E por meio dessa autoavaliação possibilita a gerência dos próprios comportamentos da instituição e com isso uma autorregulação.

Seguindo este pensamento surge a seguinte questão a ser discutida: Os Relatórios de Autoavaliação refletem as ações de melhoria na Infraestrutura Física da Universidade conforme apontamentos nos Relatórios de Gestão dos anos de 2012 a 2014, da Universidade Federal da Grande Dourados?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar se os Relatórios de Autoavaliação refletem as ações de melhoria na Infraestrutura Física da Universidade conforme apontamentos nos Relatórios de Gestão dos anos de 2012 a 2014, da Universidade Federal da Grande Dourados.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Coletar dados do processo de Autoavaliação da UFGD;
- b) Analisar a participação da comunidade acadêmica no processo de Autoavaliação da UFGD;
- c) Relacionar as questões elaboradas com as Dimensões da Avaliação Institucional;
- d) Observar as respostas das questões referentes à dimensão Infraestrutura Física da UFGD;
- e) Analisar no relatório de Gestão às ações realizadas em Infraestrutura da UFGD.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo Paro (1997), é necessário dirigir com êxito e atingir os objetivos com segurança, tendo elementos que possibilitem informações constantes sobre o caminho do processo para que se possam corrigir os rumos, fornecerem recursos, adequar procedimentos, redimensionando as metas para superar fracassos. A universidade que se conhece e reflete sobre si mesma toma o seu destino nas próprias mãos, não permitindo que a rotina ou políticas governamentais sejam fatores preponderantes na definição de suas prioridades.

“A autoavaliação será o instrumento básico obrigatório e imprescindível para todos os atos de regulação, cujo exercício é prerrogativa do Estado” (SINAES 2009, p.107). Estes processos avaliativos conduzidos pelas instituições também se vincularão às funções de regulação e autorregulação, são processos básicos, mas obrigatórios (SINAES, 2009).

Ainda segundo o SINAES (2009), por meio desta avaliação as instituições terão um melhor conhecimento de sua realidade e assim colocar em prática atos regulatórios que acharem necessários para que se possa cumprir aos seus objetivos e suas missões com mais qualidade.

Portanto, a Autoavaliação Institucional não se restringe apenas a um instrumento de coleta de dados da Instituição para ser apresentado, mas, percebe-se como sendo uma ferramenta para o trabalho do gestor, pois por meio desta, conseguirá obter informações necessárias para monitorar o desempenho da Instituição, fazendo assim um planejamento baseado nos pontos que necessitam de mais atenção.

2 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo será abordado conceitos e definições referentes a Avaliação; Avaliação Institucional, trazendo também sobre este tipo de avaliação no Brasil fazendo um breve histórico; Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), focando assim na Autoavaliação Institucional; Dimensões da Autoavaliação Institucional; Eixos; Comissão Própria de Avaliação (CPA), e por fim uma breve sobre o Relatório de Gestão.

2.1 AVALIAÇÃO

É de se notar a preocupação dos dirigentes do país com o tema avaliação. Em relação ao ensino superior, percebe-se um cuidado mais especial na adoção de políticas que possam favorecer a manutenção e criação de instituições que tenham condições de ofertar com qualidade de ensino para este nível.

Segundo Luckesi (1995), a avaliação direciona o objeto numa trilha dinâmica. Ou seja, para desenvolver o processo avaliativo, tem-se que desenvolver um processo de verificação, mas com uma atitude no sentido de modificar a situação verificada, para que assim ocorra a avaliação. Avaliar exige uma tomada de decisão favorável ou desfavorável em relação ao objeto de avaliação, com uma decisão de ação.

Dias Sobrinho (2003), afirma que a avaliação vem trazendo uma centralidade nos processos de reformas institucionais e do sistema educacional brasileiro, para que possa produzir mais qualidade social e científica, e sentido público ao conjunto de atividades acadêmicas e administrativas das Instituições de Ensino Superior (IES), sendo demandadas pelo mercado e impulsionadas pelo Estado.

Diante do termo avaliação, o que seria “avaliar?”. Segundo Silva 1992 (apud Garcia, 2001, p.25) “Avaliar deriva de valia que significa valor. Portanto, a avaliação corresponde ao ato de determinar valor de alguma coisa”.

Garcia (2001 p. 25) enfatiza que, “à avaliação compete analisar o valor de algo em relação a algum anseio ou a um objetivo”. Ou seja, a forma de avaliar será como um julgamento das ações dos indivíduos ou da sociedade. Onde terá que estar ligado ao valor, ou seja, uma capacidade de estar satisfazendo alguma necessidade deles.

Nesta mesma linha de pensamento encontra-se a seguinte afirmação:

A palavra avaliação contém a palavra 'valor' e, por isso, não podemos fugir dessa concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem função de (a)firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultados de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro (RISTOFF 1995, p.46).

Luckesi (1995, p.69) entende a “avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.

Neste pensamento Fenili (2002, p.43) vem com uma breve diferenciação entre o juízo e o juízo de qualidade:

Entende-se juízo como afirmações ou negações sobre alguma coisa, e o juízo de qualidade expressa a qualidade do objeto que está sendo ajuizado, porém deve incidir sobre uma realidade atribuída ao objeto. O juízo de qualidade é produzido por um processo comparativo entre o objeto que está sendo ajuizado e o padrão ideal de julgamento.

Trazendo de uma forma mais específica ao processo de ensino aprendizagem na área de educação, Sordi (1995), traz a avaliação como sendo um ato dinâmico onde se tem o papel do professor e do aluno, de um modo onde a participação, se da ocorrendo um diálogo e uma interação entre eles, de uma forma que possa se obter uma construção do conhecimento e sendo formado um profissional competente.

Garcia (2001, p. 24-25), contribui da seguinte forma citando que:

Avaliação não é uma palavra que venha sozinha, precisando estar acompanhada do seu objeto para ganhar inteligibilidade. É preciso, também, declarar o sujeito da avaliação, pois este lhe imprimirá sentidos e enfoques particulares, distintos dos de outros sujeitos, consistentes com seus interesses e propósito. Daí que um mesmo objeto poderá ser avaliado em vários dos seus aspectos e de múltiplas perspectivas, tantos quantos forem os atores singulares que as realizam. E o fazem porque delas precisam para poderem agir com oportunidade e direcionalidade, segundo seus propósitos e interesses específicos.

Portanto, nota-se que na visão deste autor quanto à avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, podendo ser considerada como uma operação de constatar a presença ou quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um referencial. Ainda nesta linha de pensamento este autor traz que, a avaliação é como uma operação onde determina o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de uma comparação com um

referencial previamente definido. Sendo considerado também como uma operação de constatar a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação utilizada (GARCIA, 2001).

Firme (1994 apud Garcia, 2001, p.28) vem trazendo de uma forma convincente a importância de se aprender e como está ligado ao processo avaliativo:

As verdadeiras avaliações são aquelas que subsidiam decisões, que procuram resolver preocupações e problemas dos que conduzem políticas, programas ou projetos, que examinam e julgam a ação governamental e que se dirigem, também, ao usuário/ beneficiário, concentrando-se nos valores e necessidades sociais. As avaliações são úteis quando requerem juízos de valor que melhor orientam o curso das ações. [...]. Aqueles que fazem a verdadeira avaliação seriam, em essência, educadores, com sucesso do avaliador sendo medido pelo que aprende do processo de avaliação e pelo que ensina. Se não compartilha o que aprende, melhor será que não avalie.

Segundo Davis e Grosbaum (2002), é por meio da avaliação que é mostrado se a escola está cumprindo seu papel e oferecendo uma educação com qualidade. Quando se observa a avaliação do ensino superior isso se afirma com mais intensidade, ao levar em consideração suas especificidades e o momento de atribuição de novas diretrizes para essa finalidade.

A ação educativa tem sempre um caráter intencional: temos como meta provocar modificações específicas nas pessoas, em seu comportamento, ideias, valores e crenças. No espaço escolar, esperamos que nossos alunos aprendam, que os professores ensinem melhor, que os pais participem da escola, que os funcionários exerçam bem suas tarefas, tornando-as também educativas. E queremos poder verificar se isso de fato aconteceu. Por isso, sempre que pensamos em evolução, em transformação, é preciso pensar também em avaliação (DAVIS E GROSBAUM, 2002 p.105).

Portanto, analisando pelas afirmações destes autores conclui-se que avaliação é julgamento de valor, vai além de medir, onde medir é a forma de levantar dados, mas a avaliação não. Avaliar é analisar, comparar, relacionar dados para emitir um julgamento sobre eles.

2.1.1. Avaliação Institucional

Dias Sobrinho (2003) destaca que a expressão “avaliação institucional” surgiu em 1934, nos trabalhos do norte americano Ralph Tyler, considerado como o pai da avaliação educativa. Tyler (apud Ristoff, 2003, p.22) destacava a avaliação como “um processo pra determinar até que ponto os objetivos educacionais foram realmente alcançados”.

Ristoff (2003) observa que na visão de Tyler, a avaliação estava fortemente centrada nos objetivos e, por conta disso, uma instituição ou um programa eram bem ou mal avaliados dependendo do grau de atingimento dos seus objetivos expressos não cabendo ao avaliador qualquer questionamento a respeito dos mesmos.

Até o início da década de 80 não tinha muito destaque na produção acadêmica sobre Avaliação Institucional e Avaliação da Educação Superior, já a partir dos anos de 1990 as publicações de artigos em periódicos nacionais sobre esse assunto começaram a se intensificar (SINAES, 2004).

Barriga (2003, p.77), destaca que isso ocorreu porque na década de 1990 ocorreu, “uma generalização mundial de um conjunto de práticas em relação ao funcionamento do sistema de educação superior”, e a Avaliação da Educação Superior foi umas das estratégias que se generalizou na época. Com isso vários pesquisadores dessa área vêm procurando defini-la de acordo com seus estudos, seus valores e suas convicções.

Observar a definição destes autores é muito importante para nos auxiliar em uma compreensão do assunto. Sendo assim, como ponto de partida tem a definição do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – (PAIUB 1994, p.13) traz a AI como:

(...) uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, asseguram a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

Ainda nesta visão, PAIUB (apud Ristoff, 2003, p.25), definia a AI como sendo,

Um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor, a partir de parâmetros derivados dos objetivos; um processo criativo de autocrítica.

Seguindo a visão dos autores Balzan e Dias Sobrinho (1995, p.09), a AI vai além de um simples processo avaliativo, é “muito além de práticas avaliativas pontuais e fragmentadas, a avaliação institucional consiste num empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas dimensões”.

Dias Sobrinho (2000, p.16) defende esta avaliação como sendo “mecanismo de compreensão da função pública da educação e construção de melhora de sua qualidade”; para ele a AI determina os valores na instituição ao definir os compromissos dos indivíduos nas suas relações. Ele traz como sendo “produção social, autônoma e pública”, onde todos de uma forma democrática participam.

Leite (2005, p.33) define como:

Um projeto que permite o balanço dos rumos da instituição em busca de qualidade. Como processo, a avaliação institucional constitui um serviço prestado à sociedade à medida que os participantes da instituição possam repensar seus compromissos e meta, modos de atuação e finalidades de suas práticas e de sua missão.

Estas são algumas definições abordadas por estes autores, onde cada uma se complementa e não excluindo nenhuma ideia. Com isso percebe-se que uma análise mais consciente, ou seja, uma avaliação de vários momentos e situações, evitando assim que ocorra um equívoco em se tomar apenas uma definição como verdadeira e pontual.

A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), de acordo com SINAES (2004), é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação, que tem o objetivo de identificar o perfil da instituição e sua atuação, através de atividades, cursos, programas, projetos e setores, sabendo respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

Conforme a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004), esse processo avaliativo tem o caráter de construção e ajuste de estratégias e metodologias pelas próprias Instituições de Ensino Superior. Por intermédio destas informações, gera uma comparação entre todas as instituições, no decorrer de sua implementação.

2.1.2 Avaliação Institucional no Brasil

Segundo Cunha (2000) a Avaliação Institucional surgiu no Brasil na década dos anos de 1970, onde teve início na pós-graduação. Em 1976 aconteceu a primeira avaliação de todos os programas de mestrado e doutorado brasileiros, realizado por comissões organizadas pela Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação – MEC.

Por conta disso, ao longo dos anos, foram surgindo várias iniciativas de avaliação da educação superior e cada uma possui marcos e objetivos que marcam as perspectivas desse nível de ensino e do seu papel perante a sociedade.

Segundo o SINAES (2004), por volta dos anos de 1980 surgiram os textos sobre a avaliação institucional, onde neles eram demonstrados a preocupação com a qualidade das Instituições de Ensino Superior (IES), por causa do grande aumento das instituições e das matrículas. Nesta época a avaliação era uma forma das IES prestarem contas com a sociedade sobre os investimentos efetuados pelo setor público.

Por conta disso, em 1983 surge o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), vindo como uma proposta de avaliação da educação superior, tendo como um de seus objetivos, garantir a qualidade dos cursos de graduação (SINAES, 2004.)

Paula e Azevedo (2004) comentam que este programa realizou questionários com docentes, estudantes e dirigentes universitários, a respeito do impacto da Lei nº 5.540/1968 - Lei da Reforma Universitária - sobre a influência desta lei na estrutura administrativa da universidade, na expansão das matrículas e caracterização. E este programa abordou a importância de dois temas “gestão e produção/disseminação de conhecimentos” (SINAES 2003, p.13).

Em 1985, com a Nova República, surgiu no Ministério da Educação (MEC) e o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES). SINAES (2003, p.13), afirma que “utilizando de uma concepção regulatória, apresentava a avaliação como contraponto à autonomia das IES, dando relevo às dimensões individuais”. Os resultados da avaliação como mecanismos de controle da qualidade das IES públicas ou privadas, e por conta disso, refletiam na distribuição de recursos públicos, os quais eram direcionados para os centros de excelência.

De acordo com Guariba Júnior (2005), este programa teve vários estudos devidos a uma necessidade de avaliação frequente nas IES, e também seminários nacionais e internacionais sobre este tema. Destaca-se o seminário realizado em 1987, em Brasília, pelo MEC, onde foram reunidos especialistas nacionais e internacionais para discutirem sobre o assunto.

Moreira (2004, p.44) afirma que:

A partir da década de 90, a avaliação passou a ter ênfase na competitividade, a possuir maior definição de critérios e indicadores, tornando-se uma prática chave para as propostas de mudanças no sistema de ensino e para a implementação das

políticas educativas de corte neoliberal. A avaliação passou a determinar a eficácia das políticas, principalmente a econômica, quantificando seu resultado.

SINAES (2004) traz que nos anos de 1990 ocorreu um crescimento considerável de publicações nessa área, junto com as políticas neoliberais, demonstrando não só o interesse, mas também o papel central que essa temática passou ocupar no âmbito das reformas e das políticas públicas da educação.

Na época dos anos de 1993, foi bastante representativa para a educação superior, Ristoff (1995, p.38), diz que:

Durante os anos de 1993 e 1994, o país viveu um momento realmente histórico no tocante a avaliação. As iniciativas da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e Planejamento encontraram eco na equipe, ideologicamente plural no MEC. Este passou a exercer o papel não de condutor do processo, mas de articulador, de viabilizador e, por fim, de financiador. E isto talvez esteja fazendo toda a diferença. É importante destacar que 71 universidades submeteram projetos de avaliação à Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC para participarem do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Portanto o PAIUB surge em 1993, sustentado no princípio de adesão voluntária das universidades, ele concebia a autoavaliação como uma etapa inicial do processo, que se estendia por toda a instituição e se completava com a avaliação externa. Foi estabelecida uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e a formação, fixou um diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade. (SINAES 2003)

Nota-se que o PAIUB era um programa onde os objetivos direcionavam para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, a melhoria da gestão universitária e do planejamento e a prestação de contas a sociedade. Ele tem como referência a globalidade institucional, ai compreendido todas as funções e dimensões das IES.

Segundo Dias Sobrinho (2003, p.82):

Este programa resultou de um amplo acordo com as instituições de educação superior, de todas as naturezas jurídicas ou administrativas e de todos os quadrantes do país, com as autoridades do Ministério da Educação, no ano de 1993. Pode ser considerado um modelo ou enfoque de avaliação, pois comporta, de forma consistente e coerente, concepções, princípios e metodologias.

Segundo Maia Filho (1998) o PAIUB teria as seguintes limitações: como cada instituição elaborava a sua proposta com indicadores próprios, não haveria a possibilidade para uma comparação entre as instituições. E este programa se limitava apenas à avaliação

dos cursos de graduação e não tinha uma gama maior de instrumento de avaliação. Tal controle de avaliação ficava nas mãos de cada instituição, que se autoavaliava.

No ano de 1995 o Ministro Paulo Renato de Souza editou a Medida Provisória nº 1.159, que foi transformada na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Esta foi modificada em dois aspectos: extinguiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e criou o Conselho Nacional de Educação (CNE). Para substituir o PAIUB foi criado o Exame Nacional de Cursos (ENC) como política educacional do Estado e tornou-se instrumento de avaliação principal do ensino superior de 1995 a 2002.

O Decreto nº 3.860/2001 que “dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições” cria o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Não excluiu o PAIUB e reforça o ENC como sendo um instrumento principal de avaliação do ensino superior e mantém o sistema de informação por meio de demonstração estatística, compondo esta política. Com esse decreto através do PDI, torna-se de responsabilidade o planejamento, que antes era a função dos órgãos centrais do governo. Com isso o governo estabeleceu procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior através do Decreto nº 2.026/96, indicado em seu Art. 1º:

- I- Análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou natureza das instituições;
- II- Avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;
- III- Avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do ENC;
- IV- Avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento.

Neste período, a sistemática de avaliação constitui-se em um processo com muitas leis, decretos, portarias, resoluções de vários órgãos e instâncias do Sistema Federal de Ensino Superior. O foco se dá na avaliação dos cursos e na análise dos resultados.

Cunha et al (2003, p.97) comentam que:

Na segunda metade dos anos noventa, o governo brasileiro implementou políticas que, em consonância com as diretrizes dos órgãos de financiamento internacionais, privilegiaram os processos de avaliação externa dos sistemas educacionais, com vistas à produtividade e universalização de padrões de qualidade. Entre esses processos, foi dado destaque especial ao Exame Nacional de Cursos.

Este exame tendo como objetivo principal avaliar os cursos de graduação, visto que ele era aplicado aos alunos concluintes dos cursos de graduação. Tinham as áreas das instituições previamente selecionadas e utilizava dessa avaliação como um mecanismo de regulação do sistema de Educação Superior.

O SINAES (2003) destaca que enquanto no PAIUB a preocupação estava com a totalidade, com o processo e com a missão; no ENC recai sobre os resultados, com a produtividade, a eficiência, com o controle do desempenho frente a um padrão estabelecido com a prestação de contas.

Segundo Carbonari (2004), surge um processo avaliativo centralizador que possibilita ao Estado desencadear mudanças na lógica do sistema, influenciado na cultura das instituições de ensino superior.

Nota-se que o ENC tinha como seu foco o curso na sua forma de ensino, com uma função classificatória e estava baseado em que a qualidade dos cursos defina a qualidade dos alunos.

Por conta disso, Sordi (2004, p.16) faz um alerta:

O Exame Nacional de Cursos, como o próprio nome diz, não é avaliação. E não pode ser analisado como tal, o que vem sendo erroneamente feito, conduzindo os menos avisados a valorização excessiva de supostos efeitos positivos, e intimidando aqueles que, ao apontarem suas contradições, são acusados de estar rejeitando a importância da avaliação [...]. O ato de examinar preocupado com a constatação e a medição retratam apenas parte do processo de avaliação. Restringir-se a esta dimensão significa mutilar a avaliação, e erro maior ainda, que decorre desse primeiro, é tomar a parte pelo todo, ou seja, tratar como avaliação algo que não tem sua abrangência e, a partir daí, tomar decisões.

O SINAES (2004, p.62) menciona, nessa mesma linha de pensamento, que:

O ENC é considerado, por críticos estudiosos da área, no máximo, como uma 'quase avaliação' e não uma avaliação plena, pois toca apenas tangencialmente em questões de valor e mérito. O ENC distancia-se dos processos verdadeiramente avaliativos, uma vez que a sua proposta, pelas limitações que lhe são próprias, não pode ser considerada como um processo sistemático de identificação do mérito e do valor dos cursos de graduação – questão fundamental a apreciação da qualidade acadêmica de um curso ou instituição.

Belloni (1996, p.11) aborda as seguintes considerações sobre o ENC:

Trata-se de uma simples medição de resultado final, um procedimento tradicional e insuficiente de avaliação, pois não considera fatores do processo de aprendizagem e das condições institucionais. Não oferece elementos para a melhoria da instituição e do sistema, pois não identifica as causas das

dificuldades; não beneficia o estudante, pois nada poderá ser feito retroativamente. Não corresponde, portanto, ao objetivo fundamental da avaliação qual seja o de melhoria e aperfeiçoamento das instituições ou do sistema. Além disso, pode vir a estimular o aparecimento de um comércio de cursinhos preparatórios, pois o desempenho da prova poderá se transformar em critério de diferenciação entre portadores de um mesmo diploma

O SINAES (2004) ressalta que na época do ENC, a avaliação era entendida e praticada como uma verificação do atendimento de itens pré-definidos pelo MEC, ocorrendo uma diminuição na supervisão, onde as instituições e os cursos eram sujeitos de um processo externo de verificação sem articulação com os processos internos.

O SINAES (2004) aborda que foi instituído em 2003, no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Ministro da Educação Cristovam Buarque, a Comissão Especial de Avaliação (CEA). Tendo como objetivos de analisar, subsidiar, recomendar, propor critérios e estratégias para reformular os processos e políticas de avaliação da Educação Superior, e ainda elaborar uma revisão crítica dos critérios que estavam sendo utilizados.

2.2. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

Em 14 de abril de 2004 foi criada a Lei nº 10.861, por meio desta foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e que foi estabelecido que a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior (CONAES 2004).

O SINAES é um sistema integrado das atividades acadêmicas, onde está constituído tais elementos principais: I) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), composta pelas avaliações interna e externa das instituições; II) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), realizada pelas comissões destinadas para este fim; III) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ADE), realizada mediante a participação por amostragem dos ingressantes e concluintes de cursos previamente selecionados a cada ano para a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Segundo a CONAES (2004) a integração destes instrumentos, tanto os principais, como os complementares são: os instrumentos de informação como o Censo da Educação Superior, o Cadastro da Educação Superior, dos relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação, dos documentos de credenciamento e reconhecimentos da IES e outros pertinentes pela CONAES. “(...) permite que sejam atribuídos alguns conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas” (SINAES 2017).

Portanto o SINAES avalia tudo que está em torno da instituição, dos estudantes e do ensino, mas com foco no ensino, na pesquisa, na responsabilidade social, no desempenho dos alunos, na forma de gestão da instituição, no corpo docente e nas instalações. CONAES (2004)

Observa-se no Artigo 1º desta Lei, que o SINAES vem, “com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. E no parágrafo 1º vem assegurar a finalidade deste sistema.

§1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (LEI Nº 10.861 de 14 de abril de 2004.).

Segundo CONAES (2004, p.13), o SINAES, pela sua elaboração, tem como princípios fundamentais:

- A responsabilidade social com a educação superior;
- O reconhecimento da diversidade do sistema;
- O respeito a identidade, à missão e à história das instituições;
- A globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;
- A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

O SINAES (2004) traz que, os principais objetivos da avaliação, “envolvem melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação”. Portanto ele vem para que ocorra a melhoria na qualidade da educação superior, além de promover a responsabilidade social

das Instituições de Ensino Superior (IES), mas de uma forma que venha respeitar a identidade institucional e a autonomia de cada organização.

Portanto, nota-se que a avaliação institucional é como o centro do processo avaliativo, a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global, o respeito à identidade e à diversidade institucionais. Através destas características percebe-se a realidade e a missão de cada IES.

Segundo a concepção do SINAES pela Lei nº 10.861, no artigo 3º, a avaliação das instituições de educação para que consigam atingir seus objetivos, devem considerar estas diferentes dimensões obrigatórias:

- I- A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV- A comunicação com a sociedade;
- V- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII- Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX- Política de atendimento aos estudantes;
- X- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Portanto as características desse sistema são a avaliação institucional como centro de todo o processo avaliativo; uma integração de vários instrumentos baseados em uma visão global e o respeito à diversidade e identidade das instituições.

A CONAES (2004) traz que o SINAES tem uma característica global por sua abrangência nacional com um objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, ele recupera também as finalidades essenciais da avaliação:

a) Ultrapassa a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional;

b) Explicita a responsabilidade social da Educação Superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;

c) Supera meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;

d) Aprofunda a ideia da responsabilidade social no desenvolvimento da IES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social, e não como instrumento de checagem e cobrança individual; e

e) Valoriza a solidariedade e cooperação, e não a competitividade e o sucesso individual.

O Ministério Público torna público e disponível o resultado da avaliação das IES e de seus cursos.

2.2.1. Autoavaliação Institucional

A Autoavaliação ou Avaliação Institucional Interna é um processo, por meio do qual o curso ou instituição analisa internamente o que é prioritário, sendo considerada como uma componente central onde confere estrutura e coerência ao processo avaliativo, e que por meio dos resultados possam orientar as ações de estímulo para obter uma melhoria da qualidade de ensino nos cursos e nas instituições.

Esta avaliação é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, sempre de acordo com as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Ensino Superior e pelo Roteiro de Autoavaliação Institucional, da CONAES.

De acordo com a CONAES (2004, p.20) a avaliação interna tem como objetivos principais, respeitando a diversidade da missão de cada instituição:

- a) Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional.
- b) Privilegiar o conceito de autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Ainda de acordo com a CONAES (2004), para que esse processo de avaliação interna possa obter bons resultados, é necessário que haja uma equipe de coordenação, a participação dos integrantes da instituição, um compromisso por parte dos dirigentes das IES, que as informações sejam válidas e confiáveis e um uso efetivo dos resultados.

Portanto cada instituição tem que elaborar a sua metodologia de trabalho, os procedimentos e o seu objetivo com esse processo de autoavaliação, sempre apoiadas nas diretrizes que foram estabelecidas pela CONAES.

O SINAES (2004) traz que para obter uma implementação adequada de avaliação e com bons resultados é necessário condições fundamentais, tais como:

a) Equipe de coordenação: é necessário para que se possa planejar e organizar as atividades, fazer com que haja interesse pela avaliação e fornecer assessoramento as IES nos diferentes setores.

b) Participação dos integrantes da instituição: o envolvimento deles na avaliação auxilia na construção do conhecimento gerado por esta.

c) Compromisso explícito dos dirigentes das IES em relação ao processo avaliativo: tal compromisso não é dizer que eles devam ser os principais membros das comissões instaladas, isso é importante para que ocorra no processo uma seriedade necessária.

d) Informações válidas e confiáveis: a informação verdadeira é o elemento fundamental no processo avaliativo, e sua disponibilização é prioritária.

e) Uso efetivo dos resultados: obtendo um conhecimento dos resultados da avaliação interna, faz com que a comunidade institucional tenha uma finalidade objetiva para planejar as ações destinadas para superar as dificuldades e para um aprimoramento da instituição.

Compreende-se a autoavaliação como sendo “um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões que definem a instituição” (CONAES 2004, p.11).

Após a análise e interpretação das informações obtidas, é possível compor uma visão dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades.

Para que se possa obter eficiência neste processo avaliativo, é necessário que se tenha um planejamento com cronograma, distribuição de recursos humanos e das tarefas. A

IES elabora os seus objetivos e procedimentos baseados nas suas especificidades e nas dimensões, ouvindo a comunidade (SINAES 2004).

Este processo para ser organizado é feito um desenvolvimento por etapas. Conforme estabelecido no documento Diretrizes de Avaliação Institucional, a Figura 01 irá apresentar as principais ações para um desenvolvimento desta avaliação.

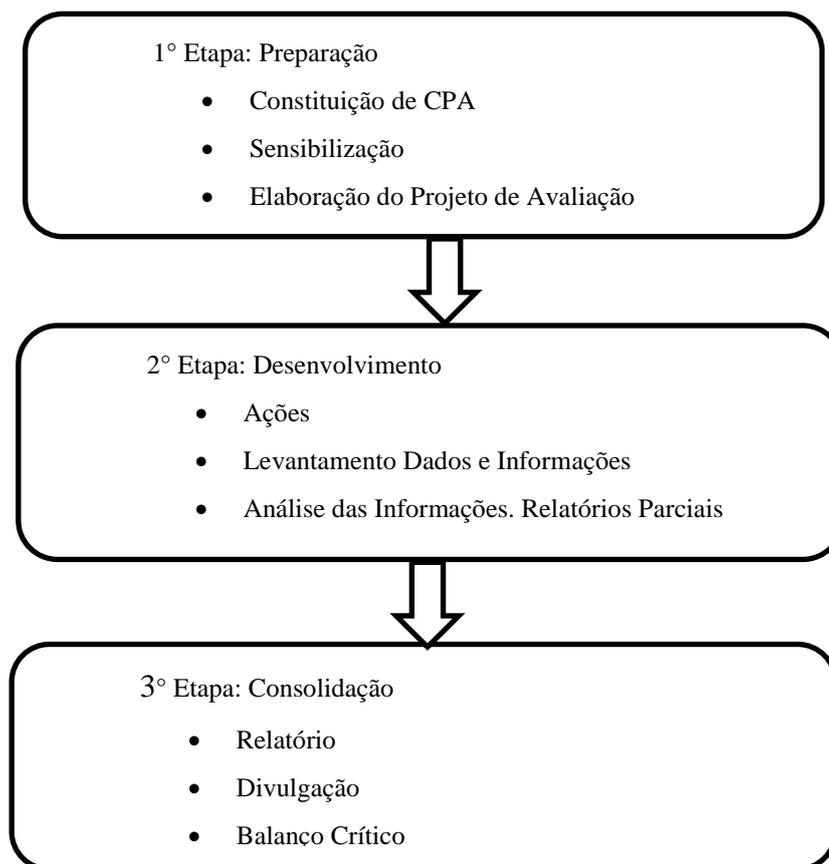


Figura. 1: Etapas da Autoavaliação.

Fonte: Adaptado de INEP-SINAES (2004, p.12).

2.2.2. Dimensões da Avaliação Institucional

Conforme foi estabelecido na Lei nº10.861/04, no Artigo 3º, as dimensões foram consideradas no processo de avaliação, onde são apresentadas como forma de Orientações Gerais, possibilitando que cada IES proceda com a elaboração de seus processos avaliativos, respeitando suas especificidades. Tais orientações para a autoavaliação foram organizadas em três núcleos. (INEP 2004).

No Manual das Orientações Gerais para a Autoavaliação do INEP (2004, p.14), traz a seguinte divisão destes núcleos:

- 1) Núcleo básico e comum – dentro desse núcleo estarão todos os tópicos que integram esse processo de avaliação interna da instituição.
- 2) Núcleo de temas optativos – “contém tópicos que podem ser ou não selecionados pelas IES para a avaliação, conforme sejam considerados pertinentes à realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional”. Aqui neste núcleo são sugestões para a discussão da comunidade acadêmica, ou seja, são perguntas que vem para auxiliar as instituições na compreensão de suas tarefas e para que se possa identificar pontos de melhoramento.
- 3) Núcleo de documentação, dados e indicadores – “são apresentados dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações”. Além dos documentos, podem utilizar as entrevistas e questionários para complementar, sendo de responsabilidade de a instituição selecionar os dados para que se possa obter uma avaliação com bases concretas.

O INEP (2004, p.14) define que “esta seleção de temas seja vista como ponto de partida para a construção de um amplo processo de discussão e reflexão sobre as diversas facetas e atividades institucionais”, ou seja, que todos os temas que citados para a avaliação sejam como uma base de apoio para que a IES tenha um começo e um suporte para que por meio destas consiga fazer uma avaliação completa, que venha colaborar no crescimento e melhoramento da instituição.

Como já apresentado por meio do artigo 3º da Lei nº10.861/04 as dimensões da avaliação institucional, estão abordadas no Quadro 01 de forma sucinta com as características de cada dimensão.

DIMENSÕES		CARACTERÍSTICAS
I.	A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	Identifica o projeto ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.
II.	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização.	Evidencia as políticas de formação acadêmico-científica, profissional; de construção do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.
III.	Responsabilidade social da instituição	Observa o compromisso social da instituição em relação à qualidade da educação com o bem público e expressão da sociedade democrática, em respeito com as diferenças e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES.
IV.	A comunicação com a sociedade	Identifica as formas de aproximação entre a sociedade e a instituição, onde a comunidade participe da vida acadêmica. Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

V.	As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo.	Explicita as políticas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativos, associando-os a planos de carreiras condizentes com suas tarefas desenvolvidas e o grau de satisfação pessoal e profissional.
VI.	Organização e gestão da instituição	Avalia os meios de gestão para cumprir aos objetivos da instituição, funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados, as relações de poder entre as estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão, investimento na comunicação e circulação da informação.
VII.	Infraestrutura física	Analisa a infraestrutura da instituição, relacionando com as atividades e formação, produção de conhecimento.
VIII.	Planejamento e avaliação	Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, das atividades educativas. Onde o planejamento e a avaliação são considerados como instrumentos integrados.
IX.	Políticas de atendimento ao estudante	Analisa como os estudantes estão sendo integrados na vida acadêmica e quais os programas utilizados pelas IES estão sendo utilizados para atender aos princípios ligados à qualidade de ensino.
X.	Sustentabilidade financeira	Analisa a capacidade de administração e gestão dos recursos financeiros captados necessários para o cumprimento das prioridades estabelecidas. E que serão utilizados este recursos para aplicação em programas de ensino, extensão e pesquisa.

Quadro 1. Dimensões da Avaliação Institucional.

Fonte: Adaptado do Manual de Orientações Gerais para autoavaliação (INEP 2004).

2.2.2.1. Eixos

A Lei nº10.861 de 14 de abril de 2004 traz em seu artigo 3º, que a autoavaliação deverá contemplar as dez dimensões da avaliação, recentemente foi criada a Nota Técnica nº 065 do INEP de 09 de outubro de 2014, que veio com o intuito de estabelecer critérios na forma de elaboração do relatório Avaliação Institucional, onde esta organizou as dimensões em cinco tópicos, ou melhor, em eixos.

Como ela vem regulamentando e organizando a autoavaliação, traz em si os seus objetivos a serem atendidos (NOTA TÉCNICA Nº 065 DO INEP DE 09 DE OUTUBRO DE 2014):

- I. Destacar a relevância da autoavaliação das IES para a educação superior;
- II. Apresentar sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior (IES);
- III. Definir as especificidades da versão parcial e da versão integral do relatório de autoavaliação;
- IV. Estabelecer prazos para a postagem do relatório no sistema e-MEC;
- V. Estabelecer critérios para o período de transição.

Este processo de autoavaliação tem que ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, onde tem como objetivo de estimular o hábito da avaliação institucional e contribuir com os processos de avaliação externa. Para auxiliar as IES a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ministério da Educação (MEC), com a orientação da CONAES, sugerem um roteiro para elaborar este relatório. Tal roteiro coloca a divisão em cinco partes na formação deste relatório, contendo nele, “introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações, e ações previstas com base nessa análise.” (INEP 2014, p.2-3).

Na introdução estarão as informações relacionadas à instituição, a formação da CPA, planejamento estratégico, qual o ano a que está se referindo a autoavaliação e se o relatório será parcial ou integral.

Na metodologia estarão descritos os instrumentos que foram utilizados na coleta dos dados, as técnicas utilizadas para a análise dos dados, os componentes da comunidade acadêmica e sociedade civil.

No campo do desenvolvimento serão apresentadas as informações relacionadas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI da instituição. Este desenvolvimento é organizado em cinco eixos que contempla as dez dimensões que estão descritas na Lei nº 10.861/04 no artigo 3º, instituída pelo SINAES.

No Quadro 02 serão abordados os cinco eixos com as dimensões relacionadas a cada um deles.

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional. Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e Extensão. Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade. Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.

Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição. Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Quadro 2: Eixos versus Dimensão da Autoavaliação Institucional.

Fonte: Adaptado com base na Nota Técnica nº 065 do INEP (2014).

Por meio desta divisão em eixos, “será possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade” (INEP 2014, p. 4).

As informações e os dados que forem apresentados no desenvolvimento deste relatório terão que ser analisados pelos participantes da instituição, alcançando o planejamento, onde é feito um diagnóstico relacionado à IES destacando os avanços e desafios enfrentados, e relacionado também o que foi alcançado ao que estava estabelecido no PDI considerando a identidade da IES, isso é feito e descrito no tópico de análise dos dados e das informações.

Finalizando-se o relatório com as ações que serão previstas depois da análise, tendo em vista a melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição, destacando-se tais ações com base na análise.

O relatório poderá ser apresentado em duas formas, a parcial ou integral, onde na versão parcial terá as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência, no caso será o ano anterior da elaboração e publicação, apresentando os eixos trabalhados. Na versão integral além de abordar as ações e informações desenvolvidas pela CPA, deverá abordar o conteúdo relacionado aos relatórios parciais de dois anos anteriores, relatando uma análise global ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão, apresentando também um plano de ação de melhoria (INEP, 2014).

A Nota Técnica nº 065 do INEP, traz que “a partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de dois anos”. Ou seja, em dois anos o relatório estará sendo na versão parcial, e no terceiro ano na versão integral. No Quadro 03 está detalhado esta divisão.

Período	Versão
Até 31 de março de 2016	1º relatório parcial
Até 31 de março de 2017	2º relatório parcial
Até 31 de março de 2018	Relatório integral

Quadro 3: Periodicidade de apresentação dos Relatórios de Autoavaliação Institucionais pelas IES

Fonte: Adaptado Nota Técnica n° 065 INEP 2014.

2.2.3. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Conforme descrito no art. 11 da Lei n° 10.861 de 14 de abril de 2004.

Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Portanto, a instituição deve constituir uma CPA com as funções de coordenar o seu processo interno de avaliação e disponibilizar as informações. E devem ser cadastradas no INEP.

A constituição de uma CPA está estabelecida na Portaria n° 2.051 de 09 de julho de 2004, no artigo 7°, § 2°:

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes:

- I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
- II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Ou seja, a CPA deverá compor todos os representantes dos segmentos da comunidade universitária e civil organizada. E esta CPA tem que ser composta por um grupo de pessoas que estarão assumindo as responsabilidades das ações dentro desse processo avaliativo.

CONAES (2004) coloca que cada CPA tem a responsabilidade na instituição, de coordenar os processos internos de avaliação, de prestar informações solicitadas pelo INEP, e deve atuar com autonomia em relação aos órgãos colegiados existentes nas IES.

Leite (2005) defende a ideia de que o trabalho da CPA não se limite apenas em um processo que cumpra a obrigatoriedade da legislação, mas se torne uma cultura de avaliação, para isso é necessário que os membros tornem-se ativos em relação ao autoconhecimento institucional, e que com isso venha a se tornar uma Avaliação Participativa.

A CPA da UFGD foi criada pela Resolução nº 74 de 11 de julho de 2008 do Conselho Universitário da UFGD – COUNI, onde os membros que a compõem são nomeados por uma Portaria da Reitoria, conforme disposto na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 (Lei do SINAES), tendo como objetivos de promover uma melhoria na qualidade da educação e na eficácia institucional, tendo compromissos e responsabilidade social, efetividade acadêmica e social, conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação Superior.

A CPA da UFGD age de modo a utilizar os esforços da universidade “para construir uma cultura de avaliação, o que possibilita rever sua missão, seus propósitos, suas estratégias, seus valores e ações de ensino, pesquisa e extensão, mediante os conhecimentos gerados e externados através da autoavaliação” (UFGD 2016, p. 15-16).

Portanto por meio da Autoavaliação a CPA da UFGD busca neste processo obter um conhecimento da realidade da Universidade, mas na visão dos discentes, docentes e dos técnicos-administrativos.

2.2.4. Relatório de Gestão

A Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, é quem “estabelece normas de organização de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992”. O Relatório de Gestão segundo esta Instrução Normativa irá abranger documentos, demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais, patrimoniais e informações, organizado de uma forma a permitir uma visão detalhada do

desempenho da gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada durante o exercício financeiro.

O Ministério da Educação (2016, p.9) traz a prestação de contas como sendo “um instrumento fundamental da democracia e indispensável ao controle social da gestão dos recursos públicos”. Uma boa gestão de recursos públicos vai além dos procedimentos adotados pela lei, mas pressupõe a eficiência, eficácia e efetividade das ações, tendo por a prestação de contas evidenciar a gestão realizada (MEC, 2016).

De acordo com as disposições da Instrução Normativa n° 63/2010, os relatórios de gestão que serão elaborados para a constituição de processos dos administradores devem ser organizados da seguinte forma.

Parágrafo único. Para o disposto nesta instrução normativa, considera-se:

- I. Processo de contas: processo de trabalho do controle externo, destinado a avaliar e julgar o desempenho e a conformidade da gestão das pessoas abrangidas pelos incisos I,II,IV,V e VI do art. 5º da Lei n° 8.443/92, com base em documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, obtidos direta ou indiretamente;
- II. Relatório de gestão: documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro;
- III. Processo de contas ordinárias: processo de contas referente a exercício financeiro determinado, constituído pelo Tribunal segundo critérios de risco, materialidade e relevância;
- IV. Processo de contas extraordinárias: processo de contas constituído por ocasião da extinção, liquidação, dissolução, transformação, fusão, incorporação ou desestatização de unidades jurisdicionadas, cujos responsáveis estejam alcançados pela obrigação prevista no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, para apreciação do Tribunal nos termos do art. 15 da Lei n° 8.443, de 1992;
- V. Risco: possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termo de consequências e probabilidade;
- VI. Materialidade: volume de recursos envolvidos;
- VII. Relevância: aspecto ou fato considerado importante, em geral no contexto do objetivo delineado, ainda que não seja material ou economicamente significativo;
- VIII. Exame de conformidade: análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão, em relação a padrões normativos e operacionais, expresso nas normas e regulamentos aplicáveis, e de capacidade dos controles internos de identificar e corrigir falhas e irregularidades;
- IX. Exame de desempenho: análise da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade da gestão em relação a padrões administrativos e gerenciais expressos em metas e resultados negociados com a administração superior ou definidos nas leis orçamentárias, e de capacidade dos controles internos de minimizar riscos e evitar falhas e irregularidades;
- X. Controles internos: conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a

- conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançadas;
- XI. Órgãos de controle interno: unidades administrativas, integradas dos sistemas de controle interno da administração pública federal, incumbidas, entre outras funções, da verificação da consistência e qualidade dos controles internos, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal.

Ainda descrito na Instrução Normativa nº 63/2010 os Relatórios de Gestão devem ser apresentados pelos responsáveis pelas unidades anualmente ao Tribunal de Contas e devem abranger a totalidade da gestão da Unidade, tendo como forma de apresentação em meio informatizado, ou seja, eles ficarão disponíveis para consulta no Portal do Tribunal na internet (MEC,2016).

3. METODOLOGIA

Marconi; Lakatos (2001) destacam que a pesquisa é um procedimento formal com um pensamento reflexivo que requer um tratamento científico. Por conta disso a pesquisa vai além da busca pela verdade, é uma busca por respostas para as questões propostas, através de métodos científicos. Portanto, pesquisar de forma científica significa utilizar um conjunto de procedimentos, para conseguir solucionar as questões apresentadas, e com isso obter um crescimento profissional e adquirir conhecimento.

Lima (2004) afirma que para aprender a ciência é necessário praticar a pesquisa, e só se pratica a pesquisa trabalhando o conhecimento a partir das fontes apropriadas a cada tipo de objeto. E complementa que pesquisar é um processo interminável.

Beuren (2009) refere-se a metodologia como sendo um conjunto de procedimentos empregados na investigação, buscando determinado conhecimento para demonstrar a verdade da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

A presente pesquisa é um estudo de caso, ou seja, foi selecionado a Universidade Federal da Grande Dourados para estudo; ela é documental, pois foi feita uma análise nos Relatórios de Autoavaliação Institucional desta Universidade nos anos de 2012 a 2014 e nos Relatórios de Gestão nos mesmos anos citados. Fazendo assim uma exploração em todas as respostas presentes neste relatório avaliativo que é elaborado a partir de um questionário respondido pela comunidade acadêmica, e assim possibilitando uma verificação entre as ações realizadas pelos gestores por meio das prestações de contas contidas no Relatório de Gestão.

3.1.1 Delineamento de pesquisa quanto aos objetivos

A presente pesquisa é considerada como descritiva, por estar compreendendo características de determinada população ou situação. Segundo Triviños (1987) a pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e os fenômenos de uma determinada realidade, para isso o investigador deverá mostrar uma série de informações sobre o que está a pesquisar. A pesquisadora Beuren (2010) complementa que neste tipo de pesquisa o pesquisador observa os fatos, registra, analisa, classifica e o interpreta, sem interferir nos dados.

3.1.2 Delineamento da pesquisa quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos o estudo é bibliográfico e documental. Bibliográfico em razão da verificação do tema em publicações de caráter científico e livros, que deram embasamento teórico à pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Documental devido às informações contidas em documentos oficiais, relatórios da Autoavaliação Institucional da Universidade Federal da Grande Dourados e Relatórios de Gestão da mesma instituição. Segundo Gil (2008) a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica em relação a natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam um tratamento analítico ainda, ou seja analisa-se documentos de “primeira mão”.

3.1.3 Delineamento da pesquisa quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa, pois não se preocupa com dados numéricos, mas sim com uma compreensão de um grupo social, ou uma organização. Segundo Silveira, Gerhardt (2009) esta pesquisa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tem-se como objetivo da amostra de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, podendo ser elas pequena ou grande, mas que sejam de uma forma que possa produzir as informações necessárias.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

Tal pesquisa teve por objeto de estudo a análise dos Relatórios da Autoavaliação da UFGD dos anos de 2012, 2013 e 2014 juntamente com os Relatórios de Gestão dos

mesmos anos, focando-se nas respostas desta avaliação, sobre a Infraestrutura Física da UFGD, comparando assim com as ações contidas no Relatório de Gestão da UFGD.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Foi realizada uma análise das informações contidas nos Relatórios de Autoavaliação da UFGD e no conteúdo do Relatório de Gestão dos anos de 2012 a 2014, relacionando-o com a Dimensão de Infraestrutura para responder ao objetivo geral. Tais relatórios estão disponíveis no site da UFGD.

Foi selecionada a Dimensão Infraestrutura Física para análise, por ser mensurável e, ser o mínimo necessário para que a Universidade em questão possa ter uma base sólida para atender as necessidades de ensino, pesquisa e extensão, analisando assim a percepção da comunidade acadêmica.

Para esta pesquisa foram selecionados os anos de 2012 a 2014, foi excluído o ano de 2015, pois neste ano não houve o processo de avaliação, a Instituição em questão passava por uma greve e, por consequência disto não ocorreu a autoavaliação, o relatório que foi divulgado utilizou os dados do ano anterior, que no caso, seria 2014.

A partir do ano de 2015 houve uma mudança na forma do questionário, onde era possível à instituição optar por quais dimensões seriam avaliadas, ou seja, quais seriam as áreas a serem avaliadas neste processo. Isso ocorreu por causa da Nota Técnica nº65 instituída pelo INEP em 09 de outubro de 2014, portanto até o ano de 2014 todas as dimensões deveriam ser abordadas sem separações, a partir de 2015 já seriam divididas em dimensões.

Essa Nota Técnica nº65/2014 trouxe cinco eixos e dentro deles estariam divididos as dez dimensões da Autoavaliação Institucional. Que tal avaliação é coordenada e de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação da UFGD, onde ela decide, perante a normatização, as dimensões contidas nos eixos de avaliação.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Foi retirado do *site* da UFGD os Relatórios de Autoavaliação Institucional e dele retirada todas as informações necessárias para conseguir responder aos objetivos específicos desta pesquisa.

Para responder ao objetivo (a), foram analisados os anos de 2012, 2013 e 2014 dos relatórios publicados e feitos um levantamento de todos os participantes desta avaliação, separado em três gráficos para demonstrar o índice de participação dos discentes, docentes e técnicos-administrativos e um com a média dos três anos dos participantes.

Para responder o objetivo (b) foram retiradas do relatório de autoavaliação todas as questões que eles abordaram e feito uma separação por cada dimensão, com o auxílio do Manual de Orientações de Autoavaliação do SINAES foi possível selecionar cada questão à sua dimensão correspondente. E neste mesmo processo já foi respondido ao objetivo c) onde por meio da análise das respostas das questões houve uma separação das quais se referiam a Infraestrutura Física da UFGD, podendo assim compará-las anualmente.

Já para responder ao objetivo (d) foi feito uma observação no Relatório de Gestão da UFGD em sua prestação de contas, vendo nas ações tomadas nos anos de estudo se houve algum feito em cada segmento analisado no Relatório de Autoavaliação da UFGD em Infraestrutura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo foram descritos os resultados obtidos na análise dos Relatórios de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, baseado nos anos de 2012, 2013 e 2014. Foram observadas as questões abordadas nestes relatórios por cada dimensão e as que ficaram de fora desse processo, onde tais questionários foram respondidos por discentes, docentes e técnico-administrativos. E foi feito uma análise nos Relatórios de Gestão da UFGD verificando se houve ações realizadas na Infraestrutura da Universidade e abordando assim as questões referentes à Infraestrutura e verificou-se o grau de satisfação de cada instalação abordada nesta avaliação.

4.1 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Com o propósito de avaliar a evolução dos discentes, docentes e técnico-administrativos na participação no questionário da Autoavaliação da UFGD nos anos de 2012 a 2014, fez-se uma análise descritiva, conforme as Figuras 02 a 05.

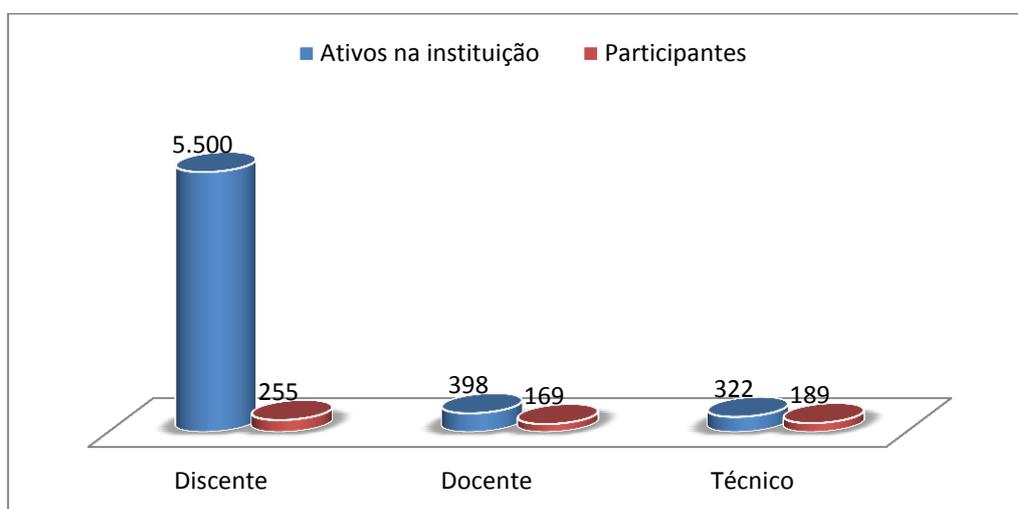


Figura. 2: Participantes na autoavaliação no ano de 2012.
Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Observa-se por meio da Figura 02 que a participação dos discentes nesta avaliação no ano de 2012 foi muito baixa, ou seja, obteve um percentual de 4,6%, comparando com os docentes e técnico-administrativos, que respectivamente obtiveram 42,5% e 58,7%. Neste ano em questão o total de discentes matriculados nesta instituição era de 5.500 e apenas 255 participaram desta avaliação.

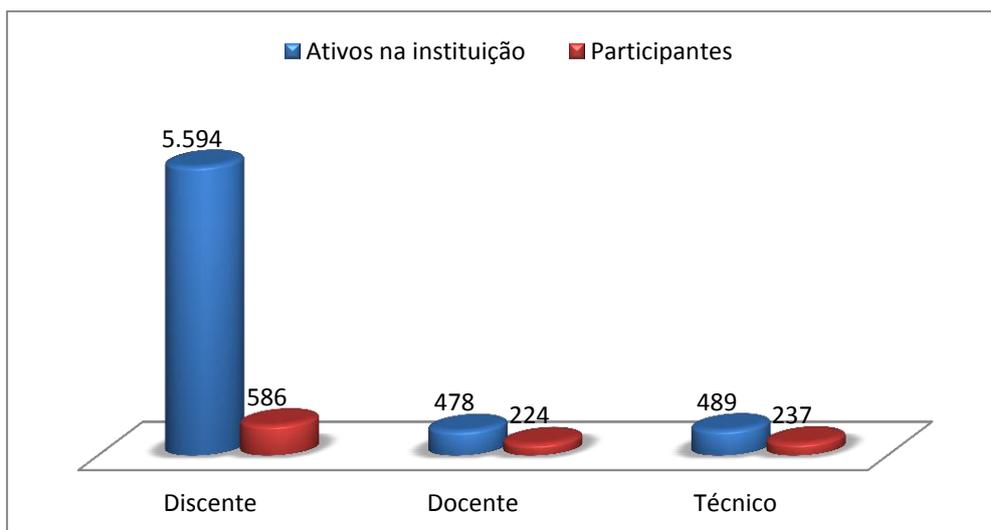


Figura. 3: Participantes na autoavaliação no ano de 2013.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

No ano de 2013, como está demonstrada na Figura 03, a participação dos discentes ainda continuaram baixa, apenas 10,5% dos matriculados participaram desta avaliação, mas comparando ao ano anterior houve um aumento de 5,9%, também ocorreu um aumento nos docentes totalizando 46,9% dos ativos na instituição. Na categoria dos técnicos-administrativos a participação deles foram de 48,5%, ou seja, neste ano houve uma redução dos que participaram deste processo.

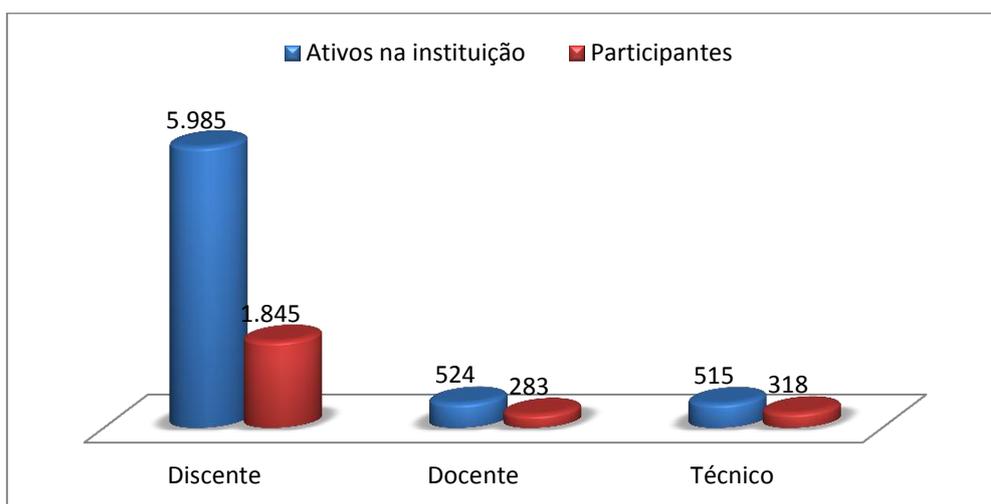


Figura. 4: Participantes na autoavaliação no ano de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Observa-se que neste ano de 2014 em destaque, representado na Figura04, houve um aumento significativo na participação dos discentes comparado aos outros anos, que foi

de 30,8% dos matriculados. Já os docentes foram para 54% e os técnicos obtiveram um maior índice de participação sendo neste ano em questão de 61,7%.

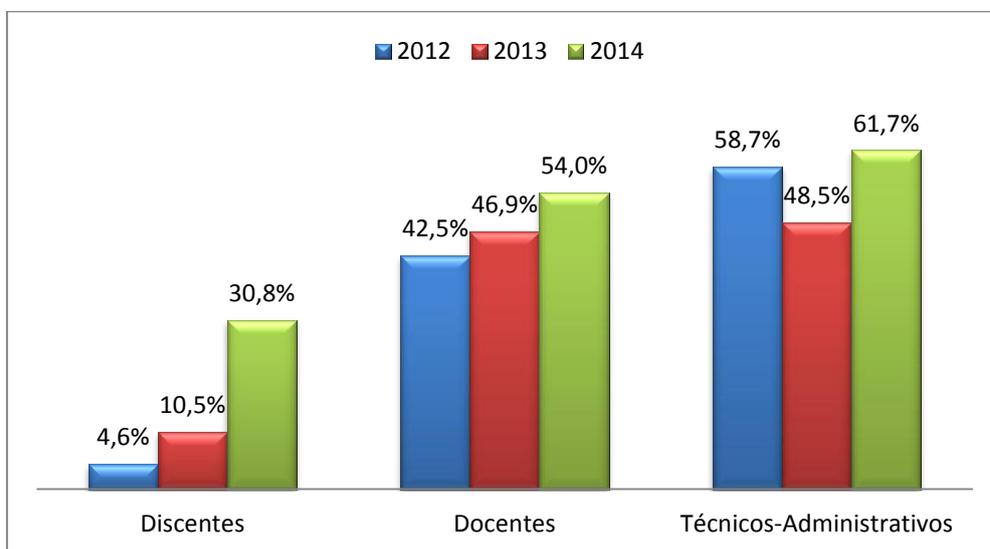


Figura. 5: Evolução das participantes no processo avaliativo.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Fazendo um comparativo da participação da comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação institucional, dos anos de 2012, 2013 e 2014, nota-se que houve um aumento significativo no segmento dos discentes em 2012, a participação era de apenas 4,6%, já em 2014 foi para 30,8%, percebe-se que os acadêmicos começaram a perceber a importância de estar participando, ou pode ter ocorrido uma melhora na divulgação deste questionário.

No relatório do ano de 2014 ainda traz que, em relação aos discentes que representam 527 estudantes, ou seja, 9,5% dos matriculados não finalizaram o processo, apenas acessaram e responderam algumas questões do questionário e, outros apenas acessaram o questionário e não responderam nenhuma questão, por ter respostas parciais não foram consideradas no levantamento, nota-se então, que eles até tinham conhecimento em relação ao questionário de autoavaliação, mas não tiveram o interesse de estar participando em responder.

Observando na categoria dos técnico-administrativos, a participação destes reduziu de 2012 para 2013, sendo tal redução de 17,4%, já em 2014 muda essa situação, ocorrendo um aumento significativo nessa categoria. Com os docentes houve um crescimento em sua participação durante os três anos.

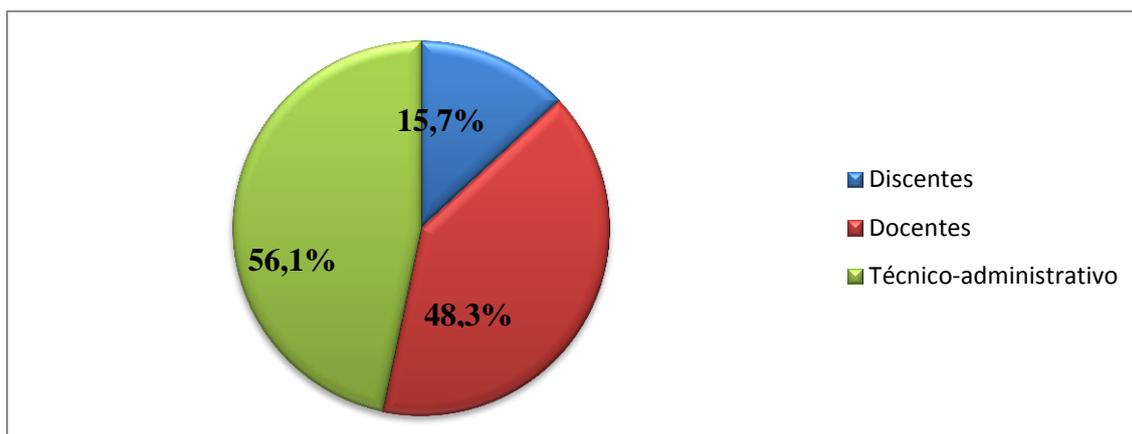


Figura. 6: Participação nos anos de 2012 a 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Na Figura 06, está destacada a média dos três anos de estudo trazendo um comparativo dos participantes, nota-se neste que o maior índice de participação é dos técnicos-administrativos onde totalizam 56,1% e o de menor participação são dos discentes que foram de 15,7% do total de matriculados durante este período.

4.2 Análise dos Relatórios de Autoavaliação Institucional quanto às Dimensões avaliadas

Nos Quadros 04, 06, e 08, estão sendo abordadas as dimensões que foram avaliadas no questionário de autoavaliação da UFGD nos anos de 2012 a 2014, onde estão descritas cada dimensão e demonstradas cada questão relacionada a ela, que foram elaboradas pela CPA da UFGD e abordadas nestes anos de estudo.

ANO DE 2012	
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do PDI. ✓ Perfil do egresso proposto no PDI. ✓ Divulgação do PDI aos alunos. ✓ Divulgação das modalidades de ingresso na UFGD. ✓ Divulgação dos documentos institucionais. ✓ Atendimento as necessidades locais e regionais.
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Políticas e ações de extensão – Discentes. ✓ Extensão universitária – Técnicos. ✓ Apoio financeiro da UFGD pra pesquisas científicas – Docentes. ✓ Incentivo à produção científica – Docentes. ✓ Incentivo à extensão universitária – Docentes.
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atendimento as necessidades locais e regionais. ✓ Ações voltadas à sustentabilidade ambiental.
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação dos meios de comunicação. ✓ Sistemas de informação e comunicação da UFGD. ✓ Meios de comunicação utilizados. ✓ Informações dos cursos no site da UFGD.
Dimensão 5: Políticas de	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Critérios de progressão funcional.

Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assistência e atenção aos servidores da UFGD. ✓ Ações e projetos de capacitação e qualificação – Técnicos. ✓ Projetos de capacitação para atender as necessidades do cargo – Técnicos. ✓ Conhecimentos das atividades fins do setor – Técnicos. ✓ Avaliação do atendimento – Docentes. Coordenação de curso; Direção de Faculdade; PROGESP; COIN; ESAI; PROAP; PROEX; PROGRAD; PROP; Reitoria. ✓ Avaliação do atendimento – Técnicos. PROGESP; COIN; COSEG; Pró - Reitorias. ✓ Avaliação do atendimento Biblioteca; Ouvidoria; Secretaria Acadêmica; Pró – Reitorias; Xerox; ESAI; PROAE. ✓ Condições de trabalho – Docentes ✓ Adequação da formação profissional ao exercício do trabalho – Técnicos. ✓ Relacionamento com a chefia e demais colegas – Técnicos. ✓ Quantidade de servidores para atendimento das demandas institucionais – Técnicos. ✓ Materiais permanentes e de consumo no setor de trabalho - Técnicos.
Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivo à participação nos órgãos colegiados.
Dimensão 7: Infraestrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação da infraestrutura da UFGD Bibliotecas; Salas de aula; Auditórios; Sala dos professores; Laboratórios; Banheiros; Estacionamento. ✓ Técnicos – Avaliação da Infraestrutura física (laboratórios, auditórios, biblioteca e restaurante universitário). ✓ Infraestrutura física e conservação do setor de trabalho – Técnicos. ✓ Condições de acesso aos deficientes físicos. ✓ Avaliação do transporte público coletivo. ✓ Infraestrutura de segurança da UFGD. (Técnicos, docentes) ✓ Banheiros – Alunos. ✓ Espaço de convivência – Alunos. ✓ Auditórios – Alunos. ✓ Salas de aula – Alunos. ✓ Biblioteca – Alunos. ✓ Restaurante Universitário – Estrutura ✓ Restaurante Universitário - Refeição
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi elaborada nenhuma questão para esta dimensão.
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxílios financeiros ✓ Apoio, assistência e orientação aos alunos. ✓ Políticas de ensino da UFGD. ✓ Recursos tecnológicos disponíveis aos alunos.
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi elaborada nenhuma questão para esta dimensão.

Quadro 4: Dimensões abordadas no ano de 2012.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Pode-se observar no Quadro 04 que no ano de 2012 foram abordadas quase todas as dimensões da autoavaliação, as que não foram questionadas são: a Dimensão 8, que trata do planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional e; a Dimensão 10 que traz a sustentabilidade financeira,

tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Analisando as questões neste ano citado nota-se que ao elaborar o relatório foram colocadas algumas questões em dimensões diferentes, ou seja, fizeram a pergunta correta, mas ao divulgar colocaram dentro da introdução de outra dimensão, a qual não era referente a ela. Dentre elas estão descritas no Quadro 05.

Questão	Dimensão na qual foi descrita a questão	Dimensão que deveria ser descrita a questão
Incentivo à participação nos órgãos colegiados.	Dimensão 5: Políticas de Pessoal.	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.
Ações voltadas à sustentabilidade ambiental.	Dimensão 7: Infraestrutura Física.	Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.
Incentivo à produção científica.	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes.	Dimensão 2: Política para Ensino, Pesquisa e Extensão.
Incentivo à extensão universitária.	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes.	Dimensão 2: Política para Ensino, Pesquisa e Extensão.
Restaurante Universitário – Estrutura.	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes.	Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Quadro 5: Questões abordadas em diferentes dimensões no ano de 2012.

Fonte: Elaborado pela autora com resultados da pesquisa (2017).

As outras questões foram correlacionadas de forma correta a cada dimensão de Autoavaliação Institucional.

No Quadro 06 foram descritas cada questão abordada no relatório de autoavaliação da UFGD no ano de 2013, correlacionadas a sua dimensão de Autoavaliação.

ANO DE 2013	
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do PDI da UFGD (divulgação, implantação, projetos, ações e cumprimento). ✓ Avaliação da divulgação do PDI aos alunos. ✓ Avaliação dos esforços e das políticas as UFGD, no atendimento às necessidades e à realidade local e regional, conforme sua missão, estabelecida no PDI – Alunos. ✓ Qual seu grau de conhecimento em relação ao Projeto Pedagógico do (s) curso (s) em que você atua – Técnicos.
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação da política da UFGD de incentivo à extensão universitária em atendimento à sua missão – Docentes. ✓ Conhecimento a respeito das ações de extensão universitária da UFGD – Técnicos. ✓ Avaliação do perfil dos egressos (profissionais formados) da UFGD, proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), para o atendimento das demandas locais e regionais – Docentes. ✓ Avaliação do apoio financeiro da UFGD, via Faculdade, às pesquisas científicas (investimentos para seu desenvolvimento e incentivo, e apoio financeiro para apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais – Docentes.

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação da política da UFGD de incentivo à produção científica, bem com sua articulação com as demais atividades acadêmicas – Docentes. ✓ Avaliação do currículo do curso e a organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem), constantes no PPC. ✓ Avaliação das políticas e o desenvolvimento de ações de extensão, da UFGD, que atendem a comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros. ✓ Avaliação das políticas de ensino da UFGD que estimulam a melhoria do ensino, a interdisciplinaridade e as inovações didático-pedagógicas. ✓ Avaliação das políticas pedagógicas do curso (transmissão de informações, processos participativos e utilização de recursos didáticos) para a construção do seu conhecimento e sua formação.
<p style="text-align: center;">Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação dos mecanismos de apoio acadêmico, assistências e orientação para os alunos que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais. ✓ Avaliação do controle de resíduos, reciclagem de materiais, arborização. ✓ Avaliação dos programas de orientação de uso dos recursos naturais, água, energia elétrica. ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Alunos <ul style="list-style-type: none"> Biblioteca; ESAI; PROAE; Ouvidoria; Xerox; Secretaria Acadêmica; Coordenação de Curso. ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Docentes <ul style="list-style-type: none"> PROGESP; PROAP; PROEX; PROGRAD; PROPP; PRAD; PROAE ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Técnicos <ul style="list-style-type: none"> PROGESP; PROAE; PROEX; PROAP; PRAD; PROPP; PROGRAD; COSEG; COIN ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Docentes <ul style="list-style-type: none"> Coordenação de Curso; Direção da Faculdade; COIN; ESAI; Reitoria. ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Alunos <ul style="list-style-type: none"> Biblioteca; ESAI; PROAE; Ouvidoria; Xerox; Secretaria Acadêmica; Coordenação de Curso. ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – DOCENTES <ul style="list-style-type: none"> PROGESP; PROAP; PROEX; PROGRAD; PROPP; PRAD; PROAE ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Técnicos

	<p>PROGESP; PROAE; PROEX; PROAP; PRAD; PROPP PROGRAD; COSEG; COIN</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do atendimento e prestação de serviços – Docentes Coordenação de Curso; Direção da Faculdade; COIN; ESAI; Reitoria. ✓ Avaliação do transporte público coletivo disponível para o deslocamento ao campus da UFGD.
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação dos sistemas de informações utilizados na UFGD (Sistema Acadêmico, Portal UFGD, e-mail, etc.) – Docentes. ✓ Avaliação dos meios de comunicação da UFGD (comunicação interna e com a sociedade em geral, marketing, imprensa, etc.) – Docentes. ✓ Avaliação das informações dos cursos, constantes no site da UFGD, tais como disciplinas, créditos, horários de funcionamento, corpo doente, administração, dentre outros – Alunos. ✓ Avaliação dos meios de comunicação utilizados pela UFGD para divulgar suas ações junto à comunidade acadêmica. ✓ Avaliação da divulgação das modalidades de ingresso na UFGD (vestibular, transferência voluntária e aproveitamento de estudos de curso superior). – Alunos.
Dimensão 5: Políticas de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação das ações institucionais de assistência e atenção aos servidores da UFGD. ✓ Avaliação do Plano Plurianual de capacitação dos docentes adotados pela UFGD. ✓ Avaliação da quantidade de servidores existentes na UFGD para o atendimento das demandas institucionais, inclusive em seu setor – Técnicos. ✓ Avaliação dos critérios adotados pela UFGD para progressão funcional conforme estabelecidos no Plano de Carreira dos docentes das Universidades Federais. ✓ Avaliação dos critérios para a progressão funcional estabelecidos no Plano de Carreira dos técnicos-administrativos nas Universidades Federais. ✓ Considerando o setor em que você trabalha, avalie: Técnicos <ul style="list-style-type: none"> O relacionamento com a chefia imediata; O relacionamento com os demais colegas; O conhecimento das atividades fins do setor; A adequação de sua formação profissional ao exercício de seu trabalho; As condições gerais de infraestrutura física e conservação; Os materiais permanentes disponíveis. ✓ Avaliação das condições de trabalho na UFGD – Docentes <ul style="list-style-type: none"> Relacionamento com as coordenações de Curso e Direção; Adequação de sua formação profissional ao exercício de seu trabalho; Recursos materiais e tecnológicos disponíveis
Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação da divulgação e a disponibilidade dos procedimentos institucionais da UFGD (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros).

<p>Dimensão 7: Infraestrutura Física</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação do atendimento às demandas de acessibilidade de portadores de necessidades especiais. ✓ Avaliação das condições de acesso para pessoas com deficiências (rampas com inclinação adequada ou elevadores, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, entre outras). ✓ Avaliação das condições da Biblioteca da UFGD, em relação aos seguintes aspectos – Alunos <ul style="list-style-type: none"> Quantidade e a qualidade de equipamentos (pontos de consulta); Organização e acesso ao acervo (informatização); Quantidade e adequação do acervo bibliográfico e digital; Horário de atendimento ✓ Avaliação das instalações físicas e de infraestrutura – Técnicos <ul style="list-style-type: none"> Laboratórios; Auditórios; Restaurante Universitário; Biblioteca ✓ Avaliação da infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) – Docentes. <ul style="list-style-type: none"> Banheiros; Sala de professor; Salas de aula; Auditórios; Biblioteca; Laboratório de Ensino; Laboratório de Pesquisa ✓ Avaliação da infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) – Alunos <ul style="list-style-type: none"> Salas de aula; Auditórios; Laboratórios Específicos; Espaços de Convivência; Banheiros; Bibliotecas ✓ Avaliação dos recursos tecnológicos (computadores e Internet) disponibilizados aos alunos, considerando velocidade, quantidade e inovação. ✓ Avaliação da quantidade de laboratórios para atender as necessidades da sua Faculdade em relação aos cursos e à quantidade de alunos. ✓ Avaliação do espaço e segurança dos estacionamentos de veículos nas dependências da UFGD. ✓ Avaliação da infraestrutura de saúde existente na UFGD. ✓ Avaliação das condições gerais da infraestrutura de segurança existente na UFGD.
<p>Dimensão 8: Planejamento e Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi elaborada nenhuma questão para esta dimensão.
<p>Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação dos incentivos e auxílios financeiros da UFGD aos alunos, para apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais.

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	✓ Não foi elaborada nenhuma questão para esta dimensão.
--	---

Quadro 6: Dimensões abordadas no ano de 2013.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

No ano de 2013 percebe-se um maior número de questões, e uma melhora na elaboração delas, que começaram a ficarem mais claras na sua compreensão. Relacionada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD percebe-se que colocaram mais questões sobre esse assunto, para que se pudessem identificar como está sendo a conhecimento do PDI em relação à comunidade acadêmica. Neste ano também não foram elaboradas questões para duas dimensões; à 8 relacionada ao Planejamento e Avaliação e; à 10 sobre a Sustentabilidade Financeira.

Comparado ao ano de 2012, as dimensões abordadas no ano de 2013 foram elaboradas um maior número de questões, de forma que pudessem obter mais informações sobre cada uma delas, mas observa-se que há dimensões que tiveram apenas uma questão para análise. Pode-se observar uma maior preocupação em relação à responsabilidade social, pois houveram muitas questões sobre a forma de prestação de serviços para a comunidade acadêmica, e também em relação às políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão, neste aspecto foram analisadas em relação aos empenhos da instituição e incentivos para os alunos. E houve muitas questões sobre a infraestrutura da instituição, percebe-se então que comparado ao ano anterior, em relação à instituição, obteve-se poucas respostas satisfatórias, por isso neste relatório de 2013 foi necessário a elaboração de mais questões sobre a funcionalidade e andamento de suas atividades para toda a comunidade acadêmica.

Já neste ano as questões foram menos correlacionadas a dimensão diferente, ou seja, ao abordar o resultado da questão no relatório houve uma forma de separação mais clara e precisa à dimensão de origem, no Quadro 07 foi descrita cada questão com a dimensão que ela foi apresentada no relatório e em qual ela deveria estar inserida na introdução delas.

Questão	Dimensão na qual foi descrita a questão	Dimensão que deveria ser descrita a questão
Avaliação do incentivo da UFGD à participação nos órgãos colegiados.	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.
Qual seu grau de conhecimento em relação ao Projeto Pedagógico	Dimensão 2: Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

do(s) curso(s) em que você atua?		
----------------------------------	--	--

Quadro 7: Questões abordadas em diferentes dimensões no ano de 2013.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Nota-se então que no ano de 2013 foram colocadas mais questões à sua dimensão correspondente.

No Quadro 08 foram descritas cada questão abordada no Relatório de Autoavaliação da UFGD no ano de 2014, correlacionadas a sua dimensão de Autoavaliação.

ANO DE 2014	
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Você conhece o Plano de Desenvolvimento (PDI) da UFGD? ✓ Se sua resposta for SIM, avalie a divulgação. ✓ Se sua resposta for NÃO, assinale o principal motivo: <ul style="list-style-type: none"> Divulgação inadequada; Difícil acesso o site da UFGD; Desinteresse; Desconhecimento do assunto. ✓ Conforme a missão da UFGD estabelecida no PDI, avalie as políticas da UFGD no atendimento às necessidades de formação da comunidade local e regional – Docentes.
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie as políticas de ensino da UFGD que estimulam a melhoria do ensino, a interdisciplinaridade e as inovações didático-pedagógicas. Alunos. ✓ Avalie as políticas e o desenvolvimento de ações de extensão, da UFGD, que atendem a comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros. Alunos ✓ Avalie as práticas pedagógicas do curso (transmissão de informações, processos participativos e utilização de recursos didáticos) para construção do seu conhecimento e sua formação. Alunos ✓ Avalie o currículo do curso e a organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e avaliação da aprendizagem), constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Alunos ✓ Avalie o apoio financeiro da UFGD, via Faculdade, às pesquisas científicas (investimentos para os seus desenvolvimento e incentivo e apoio financeiro para apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais). Docentes ✓ Avalie a política da UFGD de incentivo à produção científica, bem como sua articulação com as demais atividades acadêmicas. Docentes ✓ Avalie a política da UFGD de incentivo à extensão universitária em atendimento à sua missão. Docentes ✓ Qual seu grau de conhecimento em relação ao Projeto Pedagógico (grade curricular, disciplinas, perfil do egresso, etc.) do(s) Curso(s) em que você atua? Técnicos ✓ Avalie o seu conhecimento a respeito das ações de extensão universitária da UFGD. Técnicos

<p>Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O atendimento às demandas de acessibilidade de portadores de necessidades especiais (cegos, surdos, mudos, entre outros) ✓ As condições de acesso para pessoas com deficiências físicas (rampas com inclinação adequada ou elevadores, instalações sanitárias apropriadas e vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, entre outras). ✓ Avalie as ações da UFGD em relação: <ul style="list-style-type: none"> Ao controle de resíduos e reciclagem de materiais; Aos Programas de orientação de uso dos recursos naturais (água, energia elétrica); Arborização. ✓ Avalie o atendimento e a prestação de serviços – Alunos <ul style="list-style-type: none"> Biblioteca; ESAI; PROAE; Ouvidoria; Xerox; Secretária Acadêmica; Coordenação de Curso. ✓ Avalie o atendimento e a prestação de serviços – Docentes. <ul style="list-style-type: none"> PROGESP; PROAP; PROEX; PROGRAD; PROPP; PRAD; PROAE. ✓ Avalie o atendimento e a prestação de serviços – Técnicos <ul style="list-style-type: none"> COIN; ESAI; Reitoria; Coordenação de Curso; Direção da Faculdade. ✓ Avalie o atendimento e a prestação de serviços – Técnicos <ul style="list-style-type: none"> PROGESP; PROAE; PROEX; PROAP; PRAD; PROGRAD; COSEG; COIN; PROPP;
<p>Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie os meios de comunicação utilizados pela UFGD para divulgar suas ações junto à comunidade acadêmica ✓ Avalie as informações dos cursos, constantes no novo portal da UFGD - Alunos. ✓ Avalie a divulgação das modalidades de ingresso na UFGD (vestibular, transferência voluntária e aproveitamento de estudos de curso superior) – Alunos. ✓ Avalie os sistemas de informação da UFGD (Sistema Acadêmico, Portal UFGD, email, etc.) – Docentes.
<p>Dimensão 5: Políticas de Pessoal</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie as ações institucionais de assistência e atenção aos servidores da UFGD. ✓ Avalie os critérios dotados pela UFGD para a progressão funcional conforme estabelecido no Plano de Carreira dos DOCENTES das Universidades Federais. ✓ Avalie o Plano Plurianual de Capacitação dos Docentes adotado pela UFGD – Docentes. ✓ Avalies os critérios para a progressão funcional estabelecida no Plano de Carreira dos TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS nas Universidades Federais. ✓ Avalie as ações e projetos de capacitação e qualificação dos Técnicos-administrativos:

	<p>Capacitação profissional; Para atender as necessidades do cargo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Considerando o setor onde você trabalha, avalie: - Técnicos Conhecimento das atividades fins do setor, bem como das atribuições de seu cargo; Adequação da formação profissional ao exercício do seu trabalho. ✓ Considerando o setor onde você trabalha, avalie: - Técnicos Relacionamento com a chefia imediata; Relacionamento com os demais colegas. ✓ Considerando o setor onde você trabalha, avalie: - Técnicos Condições gerais de infraestrutura física e conservação; Materiais permanentes ✓ Avalie a quantidade de servidores existentes na UFGD para o atendimento das demandas institucionais, inclusive em seu setor. – Técnicos ✓ DOCENTES- Avalie as condições de trabalho na UFGD, quanto: Ao relacionamento com as Coordenações de Curso e Direção; À adequação de sua formação profissional ao exercício de seu trabalho; ✓ Aos recursos materiais e tecnológicos disponíveis
<p>Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie o incentivo da UFGD à participação nos órgãos colegiados (Conselho Diretor; Câmaras; Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura – CEPEC e Conselho Universitário – COUNI).
<p>Dimensão 7: Infraestrutura Física</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie as condições da Biblioteca da UFGD – Alunos Quantidade e a qualidade de equipamentos (pontos de consulta); Organização e acesso ao acervo (informatização); Quantidade e adequação do acervo bibliográfico e digital; Horário de atendimento. ✓ Avalie a infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) - Alunos Salas de aula; Biblioteca; Auditórios; Laboratórios Específicos; Espaços de Convivência; Banheiros. ✓ Avalie a infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) – Docentes. Banheiros; Sala e Professores; Salas de aula; Auditórios; Bibliotecas; Laboratório de Ensino; Laboratório de Pesquisa. ✓ Avalie a infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) – Docentes. Biblioteca; Laboratórios; Auditórios; Banheiros.

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie os recursos tecnológicos (computadores e Internet) disponibilizados aos alunos, considerando velocidade, quantidades e inovação – Alunos. ✓ Avalie a quantidade de laboratórios para atender as necessidades da sua Faculdade em relação aos cursos e à quantidade de alunos- Alunos. ✓ Avalie a infraestrutura de saúde existente na UFGD. ✓ Avalie a infraestrutura de segurança existente na UFGD. ✓ Avalie o transporte público coletivo disponível para o deslocamento ao campus da UFGD. ✓ Avalie o espaço e a segurança dos estacionamentos de veículos (bicicletas, motocicletas, automóveis, vans e ônibus) nas dependências da UFGD.
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi elaborada nenhuma questão para esta dimensão.
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avalie os mecanismos de apoio acadêmico, assistência e orientação pra os alunos que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais. ✓ Avalie os incentivos e auxílio financeiros da UFGD aos alunos, para apresentações de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais. ✓ ALUNOS- Avalie a prestação de serviço no Restaurante Universitário em relação à: <ul style="list-style-type: none"> Quantidade servida; Qualidade da refeição; Preço da refeição; Variedade do cardápio; Tempo médio de espera na fila para ser servido; Atendimento; Instalações físicas e infraestrutura. ✓ DOCENTES- Avalie a prestação de serviço no Restaurante Universitário em relação à: <ul style="list-style-type: none"> Quantidade servida; Qualidade da refeição; Preço da refeição; Variedade do cardápio; Tempo médio de espera na fila para ser servido; Atendimento; Instalações físicas e infraestrutura. ✓ TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS - Avalie a prestação de serviço no Restaurante Universitário em relação à: <ul style="list-style-type: none"> Quantidade servida; Qualidade da refeição; Preço da refeição; Variedade do cardápio; Tempo médio de espera na fila para ser servido; Atendimento; Instalações físicas e infraestrutura. ✓ Avalie o perfil dos egressos (profissionais formados) da UFGD, proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), para o atendimento das demandas locais e regionais. Docentes
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não foi elaborada nenhuma questão para esta dimensão.

--	--

Quadro 8: Dimensões abordadas no ano de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

No relatório do ano de 2014 também não foram abordadas as Dimensões 8, sobre Planejamento e Avaliação e nem a Dimensão 10, sobre a Sustentabilidade Financeira.

Houve uma melhora significativa na colocação das questões avaliadas em relação às dimensões apresentadas, neste ano todos os resultados apresentados estavam descritos dentro de sua dimensão correspondente.

Nota-se que neste ano de 2014 ao se perguntar sobre o PDI da UFGD, não apenas questionaram sobre sua divulgação, como nos anos anteriores, mas tiveram uma preocupação em saber qual era a porcentagem daqueles que tinham conhecimento do assunto e, daqueles que não tinham o porquê deste desconhecimento. Assim, nos anos anteriores apenas analisavam a classificação do PDI e, por não obtiverem respostas satisfatórias para sua avaliação, melhoraram a questão, pode-se notar que 80% dos discentes desconhecem o PDI da UFGD, e que esse desconhecimento é por falta de informação sobre o assunto.

Percebe-se então que, nos três anos desta pesquisa, não foram abordadas as mesmas dimensões de autoavaliação institucional, que foram sobre o Planejamento e Avaliação e a Sustentabilidade Financeira, mas com isso pode-se entender que não foi por falta de interesse da Instituição, mas pode ter sido uma dificuldade em como perguntar sobre isso para a comunidade acadêmica, pois, a grande maioria dos discentes podem não possuir conhecimento sobre o planejamento e nem sobre a situação financeira e orçamentária da instituição, tais informações será de alcance dos gestores administrativos que tomam conta destes assuntos, ou seja, da reitoria da universidade.

Fazendo uma observação nos Relatórios de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores a 2012, percebe-se que o único ano que a UFGD abordou todas as dimensões, inclusive as Dimensões 8 e 10, foi em 2010, mas, seu relatório foi em forma de apresentação dos recursos financeiros na questão relacionada à Dimensão 10 de sustentabilidade financeira, não foi apresentado questões sobre este tema, ou seja, foi feito um demonstrativo financeiro da universidade. A partir de 2011 não foi abordado mais, ainda neste ano citado foram abordados apenas três dimensões no relatório apresentado.

Nota-se então que nestes anos aos quais foram abordados na pesquisa, não foram encontradas questões nestes relatórios relacionados a duas dimensões, ou seja, a instituição

pesquisada, em sua autoavaliação deixou de avaliar o Planejamento e a Avaliação e; a Sustentabilidade Financeira.

4.3 Análise das questões sobre Infraestrutura Física

Com o propósito de analisar os resultados da autoavaliação institucional com foco na Dimensão 7 sobre Infraestrutura Física, foi realizado um levantamento de todos os resultados desta dimensão e buscando-se dentro do Relatório de Gestão as ações que foram voltadas para cada item analisado na questão.

Nos Quadros 09, 10 e 11 estão descritos todas as questões e respostas nos anos de 2012 a 2014, referentes à Infraestrutura Física.

2012		
Tópicos analisados	Avaliadores	Grau de satisfação
Avaliação da infraestrutura da UFGD Biblioteca Salas de aula Auditórios Sala de Professores Laboratórios Banheiros Estacionamento	Não estavam demonstrados quais foram os participantes nesta questão	Bom 46% Bom 49% Bom 50% Bom 31% e Regular 29% Bom 30% e Regular 31% Bom e Regular 31% Regular 38%
Avaliação da Infraestrutura Física: Laboratórios, Auditórios, Biblioteca e Restaurante Universitário.	Técnicos	Excelente 1,59% Bom 45,50% Regular 29,10% Ruim 7,41% Péssimo 3,17% Não se aplica 13,23%
Infraestrutura Física e conservação do setor de trabalho.	Técnicos	Excelente 4,26% Bom 29,26% Regular 38,83% Ruim 17,55% Péssimo 10,11% Não se aplica 0,00%
Avaliação do transporte público coletivo	Alunos Docentes	Excelente 0,00% Bom 3,92% Regular 10,98% Ruim 21,96% Péssimo 57,25% Não se aplica 5,88% Excelente 0,00% Bom 6,59% Regular 20,96% Ruim 26,35% Péssimo 34,13% Não se aplica 11,98%

	Técnicos	Excelente 0,53% Bom 7,41% Regular 23,81% Ruim 18,52% Péssimo 25,40% Não se aplica 24,34%
Infraestrutura de segurança da UFGD	Docentes	Excelente 3,57% Bom 26,19% Regular 35,71% Ruim 22,62% Péssimo 8,93% Não se aplica 2,98%
	Técnicos	Excelente 2,12% Bom 43,92% Regular 33,86% Ruim 15,34% Péssimo 3,70% Não se aplica 1,06%
Banheiros	Alunos	Excelente 10,12% Bom 45,91% Regular 28,79% Ruim 9,34% Péssimo 5,45% Não se aplica 0,39%
Espaços de Convivência	Alunos	Excelente 3,53% Bom 27,84% Regular 21,18% Ruim 9,41% Péssimo 9,80% Não se aplica 28,24%
Auditórios	Alunos	Excelente 30,20% Bom 46,67% Regular 19,22% Ruim 2,35% Péssimo 1,18% Não se aplica 0,39%
Salas de Aula	Alunos	Excelente 24,90% Bom 36,96% Regular 24,12% Ruim 9,34% Péssimo 4,67% Não se aplica 0,00%
Biblioteca	Alunos	Excelente 25,88% Bom 46,27% Regular 21,18% Ruim 2,75% Péssimo 2,75% Não se aplica 1,18%

Quadro 9: Questões sobre Infraestrutura no ano de 2012.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Neste Quadro 09 foram demonstradas as questões referentes à Infraestrutura Física da UFGD que foram abordadas no Relatório de Autoavaliação da UFGD no ano de 2012, nota-se que neste ano foi feito uma avaliação geral da estrutura, não se nota que houve

preocupação em detalhes em cada segmento no qual foi avaliado. Percebe-se que a biblioteca, as salas de aula e os auditórios foram classificados como bom em sua estrutura. Já os laboratórios, os banheiros e salas de professores ficaram entre bom e regular, a margem destas porcentagens nestes locais avaliados ficaram muito próximos onde a diferença de uma classificação para outra é de 1% a 2% apenas e, os estacionamentos classificados como regular.

Observando o Relatório de Gestão da Universidade em 2012 destaca-se que houve a ocupação do novo prédio da biblioteca tendo um espaço bem maior, sendo 3.520,29 m² construídos; na sala de leitura houve a aquisição de móveis novos mais cadeiras e mesas, computadores disponíveis para a pesquisa de livros. Pensando nos portadores de deficiência foi implantado elevadores para que eles pudessem chegar ao segundo andar do prédio. E para melhorar o atendimento a comunidade acadêmica e as demandas dos cursos, foram adquiridos 3.557 livros e recebidos como doação 1.838, totalizando 5.395 disponíveis para pesquisa e leitura.

Nos outros tópicos da avaliação em Infraestrutura não teve nada destacado no Relatório de Gestão, em ações votadas para tais áreas. Destaca-se, portanto, que neste ano de estudo, a biblioteca da Universidade foi a parte física da Instituição que ocorreu melhorias, pode-se dizer que por isso houve uma classificação considerada boa pelos participantes da avaliação, principalmente entre os estudantes.

No Quadro 10 foram demonstradas todas as questões sobre a Infraestrutura no ano de 2013. Destacando assim o grau de satisfação dos participantes desta avaliação.

2013		
Tópicos analisados	Avaliadores	Grau de satisfação

<p>Avaliação das condições da Biblioteca da UFGD, em relação aos seguintes aspectos:</p> <p>Quantidade e a qualidade de equipamentos (pontos de consulta).</p> <p>Organização e acesso ao acervo (informatização).</p> <p>Quantidade de adequação do acervo bibliográfico e digital.</p> <p>Horário de atendimento.</p>	Alunos	<p>Não se aplica 1%</p> <p>Péssimo 4%</p> <p>Ruim 13%</p> <p>Regular 35%</p> <p>Bom 38%</p> <p>Excelente 9%</p>
	Alunos	<p>Não se aplica 1% %</p> <p>Péssimo 3%</p> <p>Ruim 8%</p> <p>Regular 28%</p> <p>Bom 48%</p> <p>Excelente 12%</p>
	Alunos	<p>Não se aplica 1%</p> <p>Péssimo 4%</p> <p>Ruim 12%</p> <p>Regular 34%</p> <p>Bom 40%</p> <p>Excelente 7%</p>
	Alunos	<p>Não se aplica 1%</p> <p>Péssimo 2%</p> <p>Ruim 6%</p> <p>Regular 19%</p> <p>Bom 58%</p> <p>Excelente 15%</p>
<p>Avaliação das instalações físicas e da infraestrutura.</p> <p>Técnicos</p>	Laboratórios	<p>Não se aplica 46%</p> <p>Péssimo 3%</p> <p>Ruim 5%</p> <p>Regular 17%</p> <p>Bom 27%</p> <p>Excelente 2%</p>
	Auditórios	<p>Não se aplica 13%</p> <p>Péssimo 1%</p> <p>Ruim 4%</p> <p>Regular 19%</p> <p>Bom 57%</p> <p>Excelente 7%</p>
	Biblioteca	<p>Não se aplica 25%</p> <p>Péssimo 1%</p> <p>Ruim 0%</p> <p>Regular 11%</p> <p>Bom 47%</p> <p>Excelente 15%</p>
	Restaurante Universitário	<p>Não se aplica 46%</p> <p>Péssimo 5%</p> <p>Ruim 10%</p> <p>Regular 18%</p> <p>Bom 20%</p> <p>Excelente 1%</p>
	Banheiros	<p>Não se aplica 0%</p> <p>Péssimo 11%</p>

<p>Avaliação da infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) Docentes.</p>	<p>Sala de Professor</p> <p>Salas de aula</p> <p>Auditórios</p> <p>Biblioteca</p> <p>Lab. De Ensino</p> <p>Lab. De Pesquisa</p>	<p>Ruim 13% Regular 26% Bom 41% Excelente 8%</p> <p>Não se aplica 4% Péssimo 10% Ruim 13% Regular 28% Bom 33% Excelente 11%</p> <p>Não se aplica 0% Péssimo 2% Ruim 3% Regular 33% Bom 52% Excelente 11%</p> <p>Não se aplica 1% Péssimo 1% Ruim 7% Regular 26% Bom 54% Excelente 12%</p> <p>Não se aplica 2% Péssimo 2% Ruim 1% Regular 20% Bom 56% Excelente 0,2%</p> <p>Não se aplica 7% Péssimo 4% Ruim 13% Regular 29% Bom 40% Excelente 0,1%</p> <p>Não se aplica 17% Péssimo 8% Ruim 12% Regular 28% Bom 28% Excelente 0,1%</p>
<p>Avaliação da infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) Alunos</p>	<p>Salas de aula</p> <p>Auditórios</p>	<p>Não se aplica 0% Péssimo 2% Ruim 8% Regular 23% Bom 50% Excelente 17%</p> <p>Não se aplica 2% Péssimo 2% Ruim 4% Regular 21% Bom 52% Excelente 21%</p>

	Laboratórios Específicos	Não se aplica 17% Péssimo 8% Ruim 12% Regular 28% Bom 28% Excelente 0,1%
	Espaços de Convivência	Não se aplica 27% Péssimo 11% Ruim 13% Regular 23% Bom 23% Excelente 4%
	Banheiros	Não se aplica 1% Péssimo 4% Ruim 10% Regular 34% Bom 40% Excelente 10%
	Biblioteca	Não se aplica 1% Péssimo 1% Ruim 3% Regular 16% Bom 51% Excelente 28%
Avaliação dos recursos tecnológicos (computadores e Internet) disponibilizados aos alunos, considerando velocidade, quantidade e inovação.		Não se aplica 0% Péssimo 19% Ruim 23% Regular 33% Bom 20% Excelente 5%
Avaliação da quantidade de laboratórios para atender as necessidades da sua Faculdade em relação aos cursos e à quantidade de alunos.		Não se aplica 2% Péssimo 15% Ruim 21% Regular 32% Bom 25% Excelente 5%
Avaliação do espaço e segurança dos estacionamentos de veículos nas dependências da UFGD.	Alunos	Não se aplica 8% Péssimo 7% Ruim 15% Regular 37% Bom 29% Excelente 4%
	Docentes	Não se aplica 1% Péssimo 13% Ruim 22% Regular 36% Bom 26% Excelente 1%
	Técnicos	Não se aplica 8% Péssimo 18% Ruim 19% Regular 35%

		Bom 19% Excelente 1%
--	--	-------------------------

Quadro 10: Questões sobre Infraestrutura no ano de 2013.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

Por meio do Quadro 10 pode-se analisar que no ano de 2013 houve uma melhora na elaboração das questões, a forma de avaliação foi mais detalhada em questionar os alunos, docentes e técnico-administrativos como classificariam cada departamento da infraestrutura. Comparado ao ano anterior onde às questões eram mais simples e avaliava o todo, não focando nas divisões de cada local da Instituição.

Destaca-se a biblioteca onde a avaliação foi separada por funções. Procuraram observar a quantidade e qualidade dos equipamentos, onde na visão dos discentes obteve-se uma classificação boa com 38%, mas também teve como regular sendo de 35%, portanto os pontos de consulta na visão deles não são totalmente suficientes. E em sua infraestrutura em relação à limpeza, conservação e espaço classificaram como bom sendo de 51% tal classificação na visão dos discentes, já os docentes em sua classificação de bom totalizaram 41% e para os técnicos deram a mesma classificação mas, com um percentual acima dos docentes, sendo de 47%.

A organização e quantidade do acervo bibliográfico e digital também obteve uma boa classificação com 40% dos participantes, isso provavelmente deve ter sido pelo fato de no ano anterior ter sido disponibilizado mais livros para o atendimento à comunidade acadêmica. Percebe-se que por ter sido entregue um prédio novo no ano anterior a biblioteca obteve uma melhora na sua avaliação. No Relatório de Gestão da UFGD do ano de 2013, nada se traz sobre alguma ação realizada na biblioteca da universidade, portanto, percebe-se que, este segmento obteve tão boa classificação e com um alto índice por ter sido recente a construção e entrega do prédio com mais livros, pontos de consulta, uma sala com computadores disponíveis à comunidade acadêmica para realizar suas pesquisas e estudos.

Os discentes classificaram como bom a infraestrutura da sala de aula, tendo uma porcentagem de 50% e, para os docentes foi ainda maior sendo de 52%. No Relatório de Gestão deste ano de estudo traz que a Universidade investiu em seus bens imóveis, principalmente nas salas de aula, sendo um total de R\$ 837.226,94, valor gasto em tais

reformas, instalando persianas, *insufilm*, ar condicionado, além da utilização deste valor também nos gabinetes de professores e instalações de divisórias nos blocos.

No Relatório de Gestão ele traz que neste ano foi inaugurado o prédio de Laboratório de Engenharia de Energia com espaço para 10 laboratórios, banheiros e uma área adequada para o trabalho dos técnicos, sendo mais de 760 m² de obra.

No Quadro 11 estão descritas as respostas da autoavaliação realizada pela UFGD no ano de 2014; nota-se que a forma de respostas do questionário avaliativo foi bem parecida do ano de 2013.

2014		
Tópicos analisados	Avaliadores	Grau de satisfação
Avaliação das condições da Biblioteca da UFGD: Quantidade e a qualidade de equipamentos (pontos de consulta).	Alunos	Não se aplica 1% Péssimo 5% Ruim 11% Regular 28% Bom 43% Excelente 12%
Organização e acesso ao acervo (informatização).	Alunos	Não se aplica 1% % Péssimo 3% Ruim 5% Regular 24% Bom 48% Excelente 12%
Quantidade de adequação do acervo bibliográfico e digital.	Alunos	Não se aplica 1% Péssimo 4% Ruim 12% Regular 34% Bom 40% Excelente 7%
Horário de atendimento.	Alunos	Não se aplica 1% Péssimo 2% Ruim 6% Regular 19% Bom 58% Excelente 15%
Avalie a infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) - Alunos	Salas de Aula	Não se aplica 0% Péssimo 1% Ruim 3% Regular 18% Bom 51% Excelente 26%
	Biblioteca	Não se aplica 0% Péssimo 2% Ruim 3% Regular 13% Bom 50% Excelente 31%

	<p>Auditórios</p> <p>Laboratórios Específicos</p> <p>Espaços de Convivência</p> <p>Banheiros</p>	<p>Não se aplica 1% Péssimo 1% Ruim 3% Regular 16% Bom 50% Excelente 29%</p> <p>Não se aplica 5% Péssimo 4% Ruim 9% Regular 26% Bom 40% Excelente 15%</p> <p>Não se aplica 11% Péssimo 13% Ruim 13% Regular 25% Bom 28% Excelente 9%</p> <p>Não se aplica 0% Péssimo 8% Ruim 15% Regular 34% Bom 33% Excelente 9%</p>
<p>Avaliação a infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) Docentes.</p>	<p>Banheiros</p> <p>Sala de Professor</p> <p>Salas de aula</p> <p>Auditórios</p>	<p>Não se aplica 0% Péssimo 16% Ruim 16% Regular 31% Bom 34% Excelente 4%</p> <p>Não se aplica 9% Péssimo 12% Ruim 15% Regular 21% Bom 35% Excelente 8%</p> <p>Não se aplica 0% Péssimo 3% Ruim 10% Regular 28% Bom 47% Excelente 12%</p> <p>Não se aplica 1% Péssimo 2% Ruim 6% Regular 28% Bom 49% Excelente 13%</p> <p>Não se aplica 1% Péssimo 2%</p>

	<p>Biblioteca</p> <p>Lab. De Ensino</p> <p>Lab. De Pesquisa</p>	<p>Ruim 5% Regular 15% Bom 54% Excelente 24%</p> <p>Não se aplica 5% Péssimo 5% Ruim 14% Regular 27% Bom 41% Excelente 7%</p> <p>Não se aplica 12% Péssimo 11% Ruim 12% Regular 23% Bom 36% Excelente 6%</p>
Avalie a infraestrutura (suficiência, adequação de espaço, limpeza e conservação) - Técnicos	<p>Biblioteca</p> <p>Laboratórios</p> <p>Auditórios</p> <p>Banheiros</p>	<p>Não se aplica 25% Péssimo 0% Ruim 1% Regular 12% Bom 49% Excelente 13%</p> <p>Não se aplica 32% Péssimo 3% Ruim 5% Regular 17% Bom 37% Excelente 6%</p> <p>Não se aplica 10% Péssimo 2% Ruim 4% Regular 16% Bom 53% Excelente 15%</p> <p>Não se aplica 2% Péssimo 9% Ruim 14% Regular 35% Bom 35% Excelente 6%</p>
Avalie os recursos tecnológicos (computadores e Internet) disponibilizados aos alunos, considerando velocidade, quantidade e inovação – Alunos		<p>Não se aplica 1% Péssimo 22% Ruim 23% Regular 29% Bom 20% Excelente 5%</p>
Avalie a quantidade de laboratórios para atender as necessidades da sua Faculdade em relação aos cursos e à quantidade de alunos - Alunos		<p>Não se aplica 2% Péssimo 11% Ruim 21% Regular 34% Bom 26%</p>

		Excelente 6%
--	--	--------------

Quadro 11: Questões sobre Infraestrutura no ano de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2017).

No ano de 2014, nota-se com o Quadro 11 que neste ano de estudo tinham questões mais elaboradas iguais do ano anterior, com separação dos segmentos da Universidade e analisando a visão de todos, sendo discentes, docentes e técnico-administrativos. No Relatório de Autoavaliação Institucional traz que, em 2014, foram finalizadas as obras do prédio dos Laboratórios Multidisciplinares e as salas de professores da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA. Neste ano o Restaurante Universitário (RU) foi classificado entre ruim com 23% e regular com 28% na visão dos discentes, para os docentes e técnico-administrativos não houve uma classificação significativa, pois a maioria deu como não se aplica, ou seja, talvez eles não tenham conhecimento da situação, provavelmente porque não utilizam o local para as refeições como os discentes.

A biblioteca permaneceu como uma boa classificação em todos os seus aspectos, infraestrutura, quantidade e qualidade dos seus equipamentos disponíveis à comunidade acadêmica, em sua organização de seu acervo e a quantidade deste acervo tanto bibliográfico quanto digital; o índice dado pelos estudantes em todos estes aspectos ficaram entre 42% e 55%.

Um dado importante que o Relatório de Gestão da UFGD traz, foi que houve um investimento em infraestrutura de Tecnologia de Informação (TI), para que se pudessem manter em funcionamento todos os recursos de rede da Universidade. Foi feita uma aquisição de uma nova Licença de *Firewall*, um equipamento de TI para que se tenha segurança e disponibilidade de toda a rede, sendo contemplados todos os setores administrativos e as faculdades, além dos serviços à comunidade acadêmica. Foi contratada uma empresa especializada para realizar serviços de manutenção e lançamento de Fibra Ótica, Cabeamento de Rede e Telefonia.

Como no ano de 2013 houve uma entrega de um prédio de laboratórios, neste ano de 2014 houve questões na Autoavaliação referentes aos Laboratórios Específicos, ou seja, como havia sido realizada uma ação gostariam de saber a opinião dos estudantes sobre esses laboratórios. Nos outros segmentos nos quais foram avaliados nada se traz de ação realizada pela Universidade dentro do Relatório de Gestão.

O responsável no ano de 2014 pelo planejamento e supervisão da elaboração de projetos é a Divisão de Desenvolvimento Institucional (DIDESIN) pertencente à

Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) e à Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento (PROAP), onde fiscalizam as obras e reformas associadas à infraestrutura física da UFGD. A Universidade vem apresentando a ampliação das áreas de laboratórios, salas de aula, áreas de convivência e infraestrutura. No ano de 2014 foram viabilizados servidores (engenheiros, arquitetos, administradores e assistentes em administração) para atender as demandas do setor; também houve continuidade na reestruturação interna, com vistas à verticalização e melhor divisão do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar os Relatórios de Autoavaliação Institucional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nos anos de 2012, 2013 e 2014, juntamente com os Relatórios de Gestão da UFGD nestes mesmos anos.

O intuito foi de se verificar se o grau de satisfação apontado nos Relatórios de Autoavaliação tem alguma relação com as ações descritas nos Relatório de Gestão no que se refere à Infraestrutura Física da Universidade, ou seja, se os Relatórios de Autoavaliação refletem as ações de melhoria na Infraestrutura Física da Universidade.

A Autoavaliação Institucional é considerada como uma componente central onde confere estrutura e coerência ao processo avaliativo, e que por meio dos resultados possam orientar as ações de estímulo para obter uma melhoria da qualidade de ensino nos cursos e nas instituições. Tendo como objetivo, no relatório final, subsidiar o planejamento administrativo e pedagógico da Universidade e auxiliar o INEP/MEC durante o processo de reconhecimento dos cursos e credenciamento da instituição.

Foi notado nestes anos de estudo que a UFGD se preocupa em realizar esta Autoavaliação Institucional e que por meio dela pode-se perceber o andamento da Universidade, e principalmente sobre sua Infraestrutura Física, pois é por meio dela que se tem um espaço e condições necessárias para um trabalho de ensino, pesquisa e extensão perante a comunidade acadêmica. Nota-se nestes relatórios que a UFGD, desde sua implantação, vem trabalhando para colocar à disposição da comunidade os recursos necessários ao bom desempenho das atividades acadêmicas.

Percebe-se que houve uma evolução referente à participação dos avaliadores na Autoavaliação Institucional dos anos de 2012, 2013 e 2014, pode-se notar um aumento na participação dos discentes onde em 2012 apenas 4,6% participaram, 10,5% em 2013 e, no ano de 2014, a quantidade de acadêmicos envolvidos na autoavaliação, chegou a 30,8%. A categoria de docente também aumentou sua participação em 2012 era de 42,5%, em 2013 46,9% e em 2014 foi para 54,0% tendo uma evolução de 27%. . Da mesma forma, os técnico-administrativos também aumentaram sua participação, de 5%, de 58,7% em 2012 para 61,7% em 2014, mas no de 2013, este segmento teve uma diminuição comparado ao ano anterior, caindo para 48,5%. É importante ressaltar que no ano de 2014 que quase 9% dos discentes não finalizaram o processo de autoavaliação, alguns apenas acessaram o

questionário e responderam poucas questões. Outros até chegaram a acessar o, mas não responderam. Sendo um total de 40% dos estudantes acessaram o questionário de autoavaliação.

Percebe-se que a forma de avaliação realizada, vem melhorando com o passar dos anos. Antes, em 2012, era feita de uma forma mais básica, ou seja, com questões mais simples de serem respondidas e, tais questões abrangiam na maioria dos casos a totalidade do que estava sendo avaliado e, não por etapas como no caso da biblioteca que antes era colocado como ela estava. Já nos anos de 2013 e 2014, houve uma maior preocupação em saber por segmentos deste local, por ter sido entregue um prédio recente a classificação foi boa, mas mesmo assim os avaliadores queria saber nesta avaliação como estava sendo o atendimento a comunidade acadêmica, principalmente aos estudantes, pois são eles os maiores interessados e privilegiados com um bom acervo disponível e atualizado para a sua formação.

Pode-se notar também que nos três anos de estudo a Universidade deixou de avaliar duas dimensões, ou seja, não foram encontradas respostas referentes à questões sobre elas, sendo tais referentes ao Planejamento e Avaliação e à Sustentabilidade Financeira, referem-se a Dimensão 8 e 10, respectivamente.

Os resultados desta pesquisa mostram que nos anos abordados houve uma correlação entre estes relatórios, pois analisando onde a classificação em um local da Infraestrutura era muito baixa no ano seguinte havia uma ação em relação a ele. Pode-se concluir nesta pesquisa que, o grau de satisfação apurados nos Relatórios de Autoavaliação Institucional podem sim ser influenciados com as ações de melhoria na Infraestrutura Física da Instituição apontados nos Relatórios de Gestão.

6. REFERÊNCIAS

- BARRIGA, Angel Díaz. **A Avaliação no marco das políticas para a educação superior: desafios e perspectivas.** In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs). *Avaliação e Compromisso Público: a educação superior em debate.* Florianópolis: insular, 2003, p. 77-95.
- BELLONI, Isaura. **Universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social.** In: *Avaliação. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIRES.* Campinas, SP, v.1, nº 2, p.6-14, dez, 2000.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUZA, L.C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** 3.ed. São Paulo: Atlas 2010.
- BRASIL. Lei nº.10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1.
- COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. CONAES: Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Disponível em: <http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf>. Acesso em 10 mai. 2017.
- CROSBY, Philip. *Qualidade falando sério.* São Paulo: McGraw-Hill, 1990.
- DAVIS, C.; GROSBaum, M. W. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: DAVIS, et al. *Gestão da escola: Desafios a enfrentar.* Rio de Janeiro, DP&A 2002.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior.* São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação Institucional, instrumento de qualidade: a experiência da Unicamp.* In: BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José. (Orgs). *Avaliação Institucional; teoria e experiências.* São Paulo: Cortez, 1995, p.53-86.
- _____. *Avaliação da educação superior.* Petrópolis: Vozes, 2000b.
- FENILI, R. M.; OLIVEIRA, M. E; SANTOS, ° M. B.; ECKERT, E. R. “Repensando a avaliação da aprendizagem”. *Revista Eletrônica de Enfermagem.* vol. 4, nº2, p. 42 – 48. 2002. Disponível em: < https://www.fen.ufg.br/fen_revista/revista4_2/repensando.html >. Acesso em: 30 jan. 2017.
- FIRME, P. T. *Avaliação: tendências e tendenciosidade.* *Revista Ensaio,* v. 1, n. 2, jan./mar.1994.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica.* Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GARCIA, Ronaldo. “Subsídios para organizar avaliações da ação governamental”. *Texto para Discussão n. 776.* Brasília: IPEA, 2001.
- GARIBA JUNIOR, Maurício. *Um modelo de avaliação de cursos superiores de tecnologia baseado na ferramenta Benchmarking: Florianópolis-SC, 2005.* Tese de Doutorado
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. SINAES: *Orientações Gerais para o Roteiro de Autoavaliação das Instituições.* 2004. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf > Acesso em: 10 mai. 2017.
- LEITE, Denise. *Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa.* Petrópolis: Vozes, 2005.

- LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MOREIRA, Rozemeiry dos Santos Marques. Avaliação externa como instrumento da gestão educacional: a adesão e os impasses de sua adesão. Campinas-SP. 2004. Dissertação de Mestrado.
- PARO, Vítor Henrique. Administração escolar: Introdução científica. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PAULA, Maria de F.: AZEVEDO, Marcela Davino de. A Avaliação Institucional na Universidade: o caso UFF, In: Avaliação. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIRES. Campinas-SP, n.3, set. 2004.
- Portaria MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em:
<<http://www.ceepi.pro.br/Norma%20CNE%20MEC/2004%20Portaria%20MEC%202051%20-%20regulamenta%20o%20SINAES.doc>>
- RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFSC – Exercício de 2014. CPA 2015. Disponível em: <<http://cpa.ufsc.br/files/2014/09/RELAT%C3%93RIO-CPA-2014.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2017.
- RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (org.). Educação Superior Brasileira 1991-2004. Distrito Federal: INEP, 2006.
- SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. SINAES. Disponível em : <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinaes>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- _____. SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Brasília-DF: INEP, 2004.
- _____. SINAES: Roteiro de autoavaliação institucional 2004. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em 20 fev. 2017.
- SORDI, Mara Regina Lemes de. A prática de avaliação do ensino superior: uma experiência na enfermagem. São Paulo: Cortez/PUCAMP, 1995.
- _____. A Avaliação e seu potencial inovador nos processos de formação universitária. In: PUENTES, Roberto Valdés; ORNÚ, Silva Ester (Orgs). As Múltiplas Faces da Avaliação: teoria e prática na educação. São João da Boa Vista, SP: UNIFEOB, 2004, p.13-32.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.